



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

O PARLAMENTO NAS NOTÍCIAS:
A COBERTURA JORNALÍSTICA DA ACTIVIDADE
PARLAMENTAR NOS CANAIS DE TELEVISÃO GENERALISTAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Mestre em Mestrado em Ciências da
Comunicação variante de Comunicação Política

Por

Raquel Cardeiro Ubach Trindade

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2015



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

O PARLAMENTO NAS NOTÍCIAS:
A COBERTURA JORNALÍSTICA DA ACTIVIDADE
PARLAMENTAR NOS CANAIS DE TELEVISÃO GENERALISTAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Mestre em Mestrado em Comunicação
variante de Comunicação Política

Por

Raquel Carneiro Ubach Trindade

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Prof.^a Doutora Rita Figueiras

Setembro de 2015

Resumo

O Parlamento esteve na origem dos regimes democráticos, e constitui o coração da democracia. A representatividade dos cidadãos na assembleia é assegurada através de eleições, no entanto, em Portugal, os níveis de confiança nas instituições políticas têm decrescido. Uma vez que os media se afirmam como o veículo comunicacional das sociedades contemporâneas, infere-se que parte da responsabilidade por esta descrença nas instituições políticas se deva à cobertura noticiosa.

Esta Dissertação pretende responder à problemática de como é feita a cobertura jornalística do Parlamento nos noticiários televisivos? Com base numa análise de conteúdo de peças noticiosas dos três canais generalistas, RTP, SIC e TVI, é possível traçar uma resposta. A presença da actividade parlamentar na cobertura noticiosa apresenta valores mais baixos na RTP e na TVI, bem como uma cobertura tendencialmente mais negativa. A RTP não cumpre o ideal de uma cobertura isenta e objectiva. Pelo contrário, a SIC detém essas características, devido à iniciativa do “Parlamento Global”. Finalmente, a comissão parlamentar de inquérito do BES, e a comissão parlamentar de trabalho do ministério da saúde permitem reforçar as funções do Parlamento junto dos cidadãos.

Palavras-chave: Parlamento; Assembleia da República; televisão; notícias; confiança.

Abstract

The parliament has been at the origin of the democratic regime, and constitutes the heart of democracy. Representation of citizens at the assembly is assured at the polls, however, in Portugal, levels of trust in political institutions have decreased significantly. Since the media system brings together contemporary societies, we can argue its responsibility for poor levels of trust in politics, through the media coverage.

This Dissertation intends to reply to the issue of media coverage of parliamentary functions. Through content analysis of news, from the three main television broadcasters, it

is possible to find an answer. The presence of parliamentary functions in the news is low, mainly because of the coverage from RTP and TVI. Furthermore, the style of news is frequently negative; hence the public television broadcaster – RTP – doesn't convey its goals of objectivity and exempt. Contrariwise, it is a commercial broadcaster – SIC – who delivers those goals of public service, mostly due to the initiative “Global Parliament”. Ultimately the presence of parliamentary functions in the news is due to the BES's commission of inquiry and the Ministry of Health's commission.

Key words: Parliament; Assembly of the Republic; television; news; trust.

"Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus"

Santo Inácio de Loyola (1491-1556)

Para as pessoas que tudo me deram, mãe, Mafalda e avó Cecília.

Agradecimentos

Esta Dissertação não existiria sem a Prof.^a Doutora Rita Figueiras. Dou graças por confiar em mim, por acreditar nas minhas capacidades, e por me orientar quando tudo parecia perdido.

Dou graças pela minha mãe, que fez o impossível para eu chegar a este ponto do meu percurso académico, e que me apoiou e mimou sempre.

Pela minha irmã, que mesmo a 6 mil quilómetros de distância me motiva todos os dias. Por me ensinar a ser perseverante, forte e trabalhadora.

Pela minha avó que, do seu jeito, sempre acreditou em mim.

Pelo Ricardo, que aceitou o meu cansaço e a falta de disponibilidade, e mesmo assim rezou e reza sempre por mim em silêncio.

Pelo meu amigo Filipe, por ser um furacão de dedicação académica. Pela Cláudia, que me alegra e compreende sempre.

Dou graças a Deus, por me ter dado capacidades para produzir este trabalho, e para perseverar na dificuldade.

Dou graças pela Dr.^a Margarida Cordo, por me ter ensinado a priorizar, a aceitar o erro e a descobrir os meus dons.

Índice

Índice de Quadros	3
Índice de Figuras	3

Introdução	4
------------------	---

Parte I – Democracia e Parlamento

Introdução	7
Desenvolvimento do modelo parlamentar na génese da democracia	7
Representatividade como garantia democrática	10
Enquadramento histórico do Parlamento português	12
Competências da Assembleia da República	16
<i>Competência de fiscalização</i>	17
<i>Competência legislativa</i>	19
Organização interna	22
Panorama actual da Assembleia da República	24

Parte II – Jornalismo como instituição democrática

Introdução	28
O papel democrático do jornalismo	29
O Jornalismo contemporâneo	31
Comunicação política no meio audiovisual televisivo	35
O papel do jornalismo para a confiança política	37
Os hábitos televisivos e a participação política	38
Padrões de relação entre a televisão e o espectador	40
O Parlamento e os media	41

Parte III – Metodologia

Apresentação metodológica e universo de análise	46
Estratégia metodológica	47

Parte IV – Apresentação e discussão dos dados

Apresentação dos resultados.....	52
Discussão dos resultados	64

Parte V – Conclusão e Bibliografia

Conclusão	71
Bibliografia	73
Webgrafia	80
Anexos	81

Índice de Quadros

Quadro 1 – Número total de peças analisadas, por canal, entre dias 01 e 15 de Fevereiro de 2015.

Quadro 2 – Número de peças, por canal, por tema.

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição de temas por extensão da cobertura mediática, por canal (em horas:minutos:segundos).

Figura 2 – Nível de mediação da RTP, comparando a extensão de fala dos jornalistas com a dos intervenientes (em percentagem, %).

Figura 4 – Nível de mediação da TVI, comparando a extensão de fala dos jornalistas com a dos intervenientes (em percentagem, %).

Figura 3 – Nível de mediação da SIC, comparando a extensão de fala dos jornalistas com a dos intervenientes (em percentagem, %).

Figura 5 – Enquadramento de cada peça, por canal.

Figura 6 – Estilo de cada peça, por canal.

Figura 7 – Tom de cada peça, por canal.

Figura 8 – Imagens da Assembleia da República utilizadas, por canal.

Figura 9 – Funções da Assembleia da República presentes em cada peça, por canal.

Figura 10 – Nível de extensão de fala dos jornalistas e intervenientes, nas peças de cada canal, em horas:minutos:segundos

Figura 11 – Quadro de variáveis, correspondência numérica e indicadores

Figura 12 – Grelha de Análise das peças da RTP.

Figura 13 – Grelha de Análise das peças da SIC.

Figura 14 – Grelha de Análise das peças da TVI.

Introdução

O cidadão em sociedade encontra-se numa rede comunicacional, na qual se efectuam trocas de informação e significados. Ele relaciona-se com a realidade por canais comunicacionais através dos media, de maneira a ler a realidade. Sendo que o indivíduo é, simultaneamente, um cidadão, existe uma relação com o poder e a democracia. Mas a relação não é directa, e James Curran define-a como uma experiência reportada, através dos media (2012). A mensagem política é codificada nas instituições de poder. Neste sistema, os media são os receptores da mensagem política, e o seu papel é de descodificá-la para os cidadãos. Assim, os media detêm um papel crucial na relação do indivíduo com a democracia, uma vez que a democracia participativa implica uma tomada de decisão informada, e a informação é descodificada e veiculada pelos media.

No entanto, a história contemporânea de Portugal escreve um percurso difícil de relacionamento e confiança no poder político. Observando o papel que os media têm na relação do indivíduo com a sociedade, é lógico assumir que esse papel tem padrões e consequências de desempenho. O momento actual caracteriza-se por uma quantidade de informação disponível nunca antes em tão grande número e tão acessível. A televisão corresponde a um veículo de informação instantânea, imediata e rápida. Dadas as características do meio, é importante compreender a forma como a televisão aborda as questões políticas. Para tal, esta Dissertação debruça-se sobre uma das instituições centrais da democracia – o Parlamento – na informação televisiva. Deste modo, o presente estudo analisa como é que o Parlamento português é representado nos noticiários do *prime-time* dos canais de televisão generalistas.

Acerca da Assembleia da República “existem pouquíssimos estudos sobre a mesma e o que existe está datado” (Leston-Bandeira, 2002:21). No âmbito dos estudos dos media e do jornalismo existem ainda menos estudos. Esta Dissertação pretende contribuir para colmatar essa lacuna. Os jornalistas imputam à Assembleia da República a função de palco das legislaturas, ilustrando as peças jornalísticas com imagens dos trabalhos parlamentares. No entanto, a escolha de imagens tem fronteiras porosas e tende a centrar-se no hemiciclo em detrimento das comissões parlamentares, e em situações de conflito em vez dos trabalhos de cooperação. Esta investigação propõe-se ainda confrontar a cobertura noticiosa da Assembleia com as competências desta instituição. Para isso, o corpus de

análise é composto por peças jornalísticas dos três canais generalistas – RTP, SIC e TVI – disponíveis através da internet (nos sites dos respectivos canais e plataformas de vídeo), sobre a Assembleia da República e a actividade parlamentar. O período temporal de análise foi definido de forma a englobar todas as peças produzidas sobre o Parlamento, na primeira quinzena de Fevereiro de 2015, entre os dias 01 e 15, analisando-se pela forma e conteúdo. A partir desta metodologia, espera-se responder à pergunta de partida, de como é feita a cobertura jornalística do Parlamento nos noticiários televisivos?

Esta Dissertação é constituída por cinco partes, organizando-se em duas teóricas, duas empíricas e uma conclusiva. A primeira parte atravessa os conceitos de democracia e representação, conceitos constitutivos do Parlamento. Sendo que esta instituição constitui o objecto de estudo, faz-se um percurso pelo desenvolvimento histórico da mesma, para melhor se compreender o contexto actual. A caracterização da instituição é feita através das suas competências e organização interna. Esta parte termina com um contexto actual do panorama da Assembleia da República. De seguida, a parte II centra-se no jornalismo como instituição democrática. É necessário compreender os ideais democráticos que regem o jornalismo, e contextualizar as alterações que a televisão viveu, uma vez que afectaram directamente o jornalismo. Fala-se, nomeadamente, da comercialização e em como isso alterou os paradigmas da televisão e do jornalismo. A partir deste ponto, começa-se a interligar o jornalismo com a observação desta investigação. Nos capítulos seguintes estuda-se o papel do jornalismo para a confiança política, através dos hábitos televisivos da audiência e respectiva participação política, bem como os padrões de consumo e relação entre o espectador/cidadão e a televisão. Finalmente, esta parte termina com um capítulo sobre o Parlamento e os media. Nas partes III e IV, procede-se ao desenho metodológico da investigação e respectiva análise e discussão de resultados. Na última parte, observa-se a conclusão deste estudo, juntamente com a bibliografia e anexos.

Introdução

A presente Dissertação pretende descobrir como é feita a cobertura jornalística do Parlamento nos noticiários televisivos. Para isso, é necessário compreender os padrões que caracterizam tanto a cobertura jornalística como a actividade parlamentar. Com vista a esclarecer o universo da instituição política em análise – o Parlamento – esta secção enquadra os conceitos de democracia e representação, e tenta compreendê-los através das competências da instituição que está na base do objecto de estudo desta Dissertação. Primeiramente, através de autores clássicos das teorias democráticas como Maurice Duverger (1962; 1985), Jean-Jacques Rousseau (1972), Schumpeter (1970), Seymour Martin Lipset (1967), Robert Dahl (1971), Downs (1973), traça-se o contexto de desenvolvimento do conceito de Parlamento como constituinte de um regime democrático.

A ponte para o contexto actual da Assembleia da República enquadra-se, necessariamente, através de uma perspectiva histórica. A herança histórica, traçada através de Luís Sá (1994), Pinto dos Santos (1986) e Jorge Miranda (1987), serve de pista para a compreensão do panorama actual da instituição portuguesa. Finalmente, as competências do Parlamento e sua organização interna são delineadas a partir da Constituição da República Portuguesa, e atravessa algumas obras mais específicas que permitem compreender a estrutura técnica da Assembleia da República. No entanto, só é possível observar-se a realidade se compreendermos os traços gerais do desenvolvimento histórico do Parlamento como instituição democrática.

Desenvolvimento do modelo parlamentar na génese da democracia

O modelo democrático é resultado de uma longa evolução histórica, durante séculos decorrida na Europa ocidental. A definição clássica de democracia é de um regime de Governo *do povo, pelo povo e para o povo*. Mas esta definição revela as suas fraquezas ao não esclarecer o conceito de povo, como se coloca tecnicamente o povo a governar, o

que é governar ou como se satisfaz a todos. Não se distinguem os conceitos de governantes e governados. Seriam, portanto, todos governados e nenhum governante, que obedeceriam a princípios gerais impostos pela colectividade. Jean-Jacques Rousseau, o maior teórico da democracia, afirma na sua obra *Contrat Social* (1972) que não se pode suprimir essa distinção entre governantes e governados. Ela é o núcleo do regime político, o próprio constituinte de uma nação¹. Esta crítica à definição clássica ganha fôlego através de Maurice Duverger (1962), ao admitir a existência de traços de poder individualizado em todas as sociedades primitivas, como por exemplo magos, sacerdotes, chefes de família, anciãos ou peritos, onde um pequeno grupo de pessoas governa o conjunto da comunidade. Assim, a definição clássica de democracia, apoiada pela Escola de Durkheim, revela as suas fraquezas. Ao se tentar compreender o conceito de democracia, denota-se que o desenvolvimento do regime é marcado pelo ritmo da génese do modelo parlamentar. Desta forma, pretende-se compreender o modelo parlamentar desde a sua origem, como catalisador da democratização das nações. E, uma vez que se encontra na origem do regime democrático, enquadrá-lo nesse desenvolvimento.

A partir da obra de Maurice Duverger (1962; 1985) é possível traçar-se o percurso histórico de evolução do modelo democrático ocidental², que acompanha o desenvolvimento do modelo parlamentar. Este regime nasce no seio do sistema aristocrático e monárquico, com a introdução da burguesia nas assembleias de estados (velhas instituições feudais dos grandes concelhos ou tribunais do rei). No século XIV, o desenvolvimento das trocas económicas e das técnicas militares (que consequentemente tornaram as guerras mais caras), aumentou a necessidade de mais recursos para a administração das nações. A hegemonia da burguesia transformou as sociedades, dominadas pela agricultura, em mercados capitalistas, e o lucro tornou-se o motor central da economia. Esta nova classe intermédia (entre o povo e a aristocracia), detentora de capital e recursos, entra nos Parlamentos para suplantam a necessidade de mais recursos para a administração das nações. Lá se discutia a atribuição de subsídios, o controlo do balanço das finanças, dos créditos e contas, bem como a cobrança de impostos. Assim,

¹ Na Alemanha do século XVII iniciou-se o estudo da teoria política, e com ele a Teoria Geral do Estado, que define os constituintes do Estado como território, povo e soberania (ou poder). Sem um destes elementos estamos perante fragmentos de Estado.

² Resumem-se séculos de história nas seguintes páginas, de forma a dar uma visão alargada, mas pormenorizada, do desenvolvimento do regime liberal.

abre-se caminho para o poder orçamental e fiscal dos Parlamentos modernos. Com a possibilidade de se fazerem petições antes da atribuição de subsídios abre-se, também, caminho para o poder de controlo político.

Nos dois séculos seguintes desaparecem por toda a parte as assembleias de estado, excepto na Grã-Bretanha. É neste país que o modelo democrático é primeiramente instituído, até à sua expansão por toda a Europa, no século XVIII. O desenvolvimento da classe média neste país criou condições especiais para torná-lo a incubadora do modelo democrático. O Parlamento britânico torna-se um contrapeso ao poder real que, depois de Carlos I³, se estabelece como uma monarquia com poderes limitados. Isto significa que o rei permanece Chefe de Estado e do Governo. Perante o Parlamento, este deve respeitar a autonomia dos juízes, bem como as prerrogativas das Câmaras, que concedem subsídios e deliberam sobre assuntos políticos, votam as propostas do rei e podem dirigir-lhe petições. No período conhecido por “Longo Parlamento”⁴ nascem as comissões de deputados e as suas petições transformam-se em projectos integralmente redigidos, prontos para serem promulgados. A partir de então o modelo parlamentar passa a deter a prerrogativa do poder legislativo. As transformações sucedem-se e o Parlamento ganha cada vez mais credibilidade junto da coroa. A monarquia “limitada” britânica dá lugar a uma monarquia parlamentar, cujo Governo é encabeçado por um Primeiro-Ministro e o seu Gabinete. Este só se mantém no poder caso obtenha confiança das assembleias, o que sublinha a crescente importância da força parlamentar.

No século XVIII o modelo das instituições políticas democráticas está praticamente edificado na Grã-Bretanha. No resto da Europa, dominada por reis e nobres, rebenta uma revolução cultural que abala os valores estabelecidos e instala um sistema de valores radicalmente novo. O impulso vem de Inglaterra, mas o epicentro do debate em torno do Iluminismo é em França, casa de intelectuais como Voltaire, Rousseau, Diderot, d’Alembert, Condorcet, e muitos outros. A palavra de ordem é liberdade: liberdade de direito, de pensamento e expressão, concorrência económica, individualismo e procura de lucro. A expansão do sistema democrático liberal é paralela à expansão da burguesia,

³ “No mesmo momento em que se desmoronam no continente estes embriões de Parlamentos, o Parlamento britânico empenha-se numa luta decisiva contra o rei que conduzirá à execução de Carlos I, ao estabelecimento provisório duma República e, finalmente, à restauração duma monarquia enfraquecida” (Duverger, 1985: 27).

⁴ Entre 1640 e 1649, *Ibidem* p.28.

seguidas pela revolução industrial. Como explica Duverger (1985), o esquema marxista de produção origina classes sociais, estas com novas ideologias e instituições, o que retrata e favorece o desenvolvimento do modelo democrático. No entanto, aquando da revolução industrial⁵, os elementos políticos e ideológicos do modelo democrático estão praticamente instituídos. As revoluções Francesa e Americana aplicaram uma nova forma de democracia capaz de funcionar nos países grandes. Nasce a democracia representativa.

O desenvolvimento de classes na sociedade, e a procura por novas fontes de rendimento para o desenvolvimento das nações, dá voz à burguesia e proporciona a entrada de uma nova classe, com poder económico e financeiro, nos centros de decisão. As condições que permitiram o desenvolvimento do modelo parlamentar em Inglaterra, tornaram esta nova instituição o símbolo da liberdade que se disseminou pela Europa a partir do século XVIII. Mas o desenvolvimento urbano das sociedades exigia uma representação democrática e justa dos cidadãos no órgão parlamentar, que expressava as suas vozes. Com esta necessidade, desenvolve-se o sistema representativo que progressivamente foi instituindo as eleições e integrando cada vez mais cidadãos na sua qualidade de cidadãos-eleitores.

Representatividade como garantia democrática

O elemento central da liberdade democrática reside nas eleições, pois se todos os homens gozam de liberdade, nenhum poderá governar se não tiver sido escolhido para o fazer (Duverger, 1985). Muitos autores das teorias democráticas questionaram a concepção clássica da Escola de Durkheim, de um Governo do povo, pelo povo e para o povo. Com a vitória dos Aliados na I Guerra Mundial, a sociedade assiste à progressiva conquista do sufrágio universal, até então censitário, e à criação de partidos políticos organizados. As eleições têm um carácter cíclico, o que significa que os eleitos podem ser renovados a intervalos regulares. Esta renovação existe para assegurar que os governantes não sintam demasiada independência em relação aos governados, e para que a governação seja

⁵ Entre 1780 e 1840.

mantida. A própria natureza da democracia reside na alternância governativa, indicador da saúde democrática, como explica a Teoria do Mandato Concorrencial (Schumpeter, 1970).

Desta renovação eleitoral advém uma luta concorrencial por mandatos de Governo. Seymour Martin Lipset (1967) apresenta uma definição próxima da de Schumpeter, ao colocar a democracia como o sistema político que proporciona a oportunidade de mudança de Governo. Estes dois autores assumem a representatividade democrática, ao invés da prescrição clássica de um *Governo do povo, pelo povo e para o povo*. O que significa que a democracia representativa assenta na ideia de que uma parte do povo é eleita para governar, tomando decisões para satisfazer uma maioria, respeitando as vontades colectivas autenticamente expressas através do voto (Schumpeter, 1970).

As eleições estabelecem-se, assim, como a base do modelo democrático e como veículo que assegura a representação dos cidadãos. As democracias directas, em que todos os cidadãos actuam directamente no processo de decisão, só funcionam em estados muito pequenos, nas nações modernas seria uma impossibilidade material. Jorge Fernandes (2015) explica o interesse dos cidadãos em organizar a nação com base na representatividade, tendo em conta que a dimensão populacional das comunidades políticas tornaria impraticável o processo de decisão directa. O autor acrescenta, ainda, que os conhecimentos técnicos dos agentes políticos facilitam a tomada de decisões, o que somando à falta de tempo dos cidadãos, reverte positivamente para o modelo da democracia representativa. Estes passos na compreensão do conceito de democracia trazem aos Governos uma nova abordagem perante o eleitorado, os primeiros têm uma responsabilidade perante quem os elegeu. Esta constatação é feita por Schumpeter, mas Robert Dahl (1971) explora, também, as condições que devem existir para os cidadãos poderem manifestar as suas preferências, de modo a que os agentes responsáveis por elas possam agir em conformidade. Uma das condições⁶, pertinente para a presente investigação, é a disponibilização de informação sobre as alternativas (Dahl, 1971). A Teoria Económica da Democracia (Downs, 1973) sublinha precisamente a importância de existirem fontes de informação alternativas, como garante do funcionamento democrático.

⁶ As restantes condições para a democracia são: liberdade para formar e entrar em organizações, liberdade de expressão, direito de voto, elegibilidade para cargos políticos, direito para os líderes políticos competirem em votações, eleições livres e isentas e, por último, instituições governamentais dependentes do voto e de outras expressões de preferéncia (Dahl, 1971).

Se as eleições são a base da democracia, a Assembleia da República é a “instituição mais importante do sistema político português” (Fernandes, 2015:11), lugar onde se estabelece a representatividade democrática. Em termos gerais, o Parlamento tem como base dois princípios. O princípio medieval, *Quod omnes tangit ab omnibus probetur*⁷ e o princípio moderno da participação dos que representam os eleitores nas decisões fundamentais (Sá, 1994). Assim, torna-se a sede do debate entre os cidadãos e o Governo, ou seja, a tribuna pública onde se exprimem as reivindicações e os desacordos. Portanto, a função primordial do Parlamento é de representação política do povo.

A crescente abertura censitária eleitoral revelou a importância das eleições para a democracia, assegurando uma representatividade o mais exacta possível para com os cidadãos. O desenvolvimento do modelo parlamentar teve um percurso tardio em Portugal, em comparação com o resto da Europa. A compreensão deste desenvolvimento tardio contribui para a observação e análise do contexto actual da Assembleia da República.

Enquadramento histórico do Parlamento português

O Parlamento é uma instituição política formada por câmaras, ou assembleias, compostas por membros com poder de decisão, operando como organismo de Governo (Duverger, 1985). A sua função central é de contrapeso ao Governo, função essa presente desde o início do desenvolvimento do modelo parlamentar britânico. Assim, o Parlamento é um órgão essencial no equilíbrio de poderes e de representação. Mas a sua história é paralela à história do parlamentarismo constitucional, que se rege por constituições ou textos constitucionais resultado de momentos de revolução, e nunca por uma contínua evolução. É, por isso, necessário compreender as raízes históricas do órgão soberano em Portugal, para melhor analisar o actual cenário parlamentar.

A ideia de uma assembleia parlamentar chega a território nacional com as invasões francesas. À primeira invasão em 1807, a família real procura refúgio no Brasil. Com a nação sem monarca presente, um grupo de simpatizantes da Revolução francesa envia uma carta a Napoleão em 1808, apelando a sua “paternal protecção”, para outorgar uma

⁷ O que toca a todos deve ser aprovado por todos.

constituição e um Parlamento constitucional. Esta carta ficou conhecida como a Súplica de Constituição, e apelava a princípios do liberalismo⁸. Nela, pode-se observar que existe uma preocupação pela divisão tripartida dos poderes, em especial de um poder legislativo bicameral que legislasse em concorrência com o executivo. Na década seguinte procede-se às primeiras eleições portuguesas, segundo o sistema eleitoral da Constituição liberal espanhola de Cádiz de 1812, e constituem-se as Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes. A primeira tarefa desta assembleia constituinte foi de elaborar uma constituição, que incluía uma lei obrigando o regresso do rei, que estava refugiado no Brasil⁹.

Na primeira Constituição portuguesa ficam impressos os princípios liberais democrático, representativo, separação de poderes e igualdade jurídica. A Constituição de 1822 assegurava que a soberania residia na Nação, sendo exercida pelos seus representantes eleitos, numa assembleia unicameral. As Cortes funcionavam com uma única câmara, que detinha todo o poder legislativo de forma independente, tendo o rei um estatuto semelhante ao de promulgação das leis. No entanto, em plena época de “radicalismo liberal” estas Cortes detinham demasiado poder, o que leva os partidários do absolutismo a desencadear uma revolução conhecida por Vila-Francada, em Maio de 1823, e que dá por terminada a primeira experiência liberal em Portugal. Luís Sá (1994: 137) cita

⁸ “Senhor! – Desejamos ser ainda mais do que éramos, quando abrimos o oceano a todo o universo. Pedimos uma constituição e um rei constitucional, que seja príncipe de sangue da vossa real família. Dar-nos-emos por felizes se tivermos uma constituição em tudo semelhante à que vossa majestade imperial e real houve por bem outorgar ao grão-ducado de Varsóvia, com a única diferença de que os representantes da nação sejam eleitos pelas câmaras municipais, a fim de nos conformarmos com os nossos antigos usos. Queremos uma constituição, na qual, à semelhança da de Varsóvia, a religião católica apostólica romana seja a religião do estado; em que sejam admitidos os princípios da última concordata entre o império francês e a santa sé, pela qual sejam livres todos os cultos e gozem da tolerância civil e de exercício publico. Em que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei. (...) Em que seja livre a imprensa, porquanto a ignorância e o erro têm originado a nossa decadência. Em que o poder executivo seja assistido das luzes de um conselho de estado, e não possa obrar senão por meio de ministros responsáveis. Em que o poder legislativo seja exercido por duas câmaras com a concorrência da autoridade executiva. Em que o poder judicial seja independente, o código de Napoleão posto em vigor, e as sentenças proferidas com justiça, publicidade e prontidão. (...) Era sem dúvida inútil lembrar esta medida de equidade ao grande Napoleão; mas como sua majestade imperial e real quer conhecer a nossa opinião em tudo o que nos convém, evidentemente nos prova que é mais pai do que soberano nosso, dignando-se consultar seus filhos, e prestar-lhes os meios para serem felizes. – Viva o imperador.” (Excerto da *Súplica de Constituição* de 1808, consultada no espólio digital da Assembleia da República)

⁹ No presente, todas as cadeiras dos deputados dentro da assembleia contemplam, à sua frente, um painel. Esta representação mostra o deputado Manuel Fernandes Tomás a discursar e uma cadeira vazia na mesa, que ilustra a ausência do rei que estava no Brasil – esta representação advém da discussão e aprovação da Constituição sem a presença do rei. Este primeiro sistema de Governo parlamentar, configurado por uma assembleia, aprova a Constituição de 1822.

a expressão de A. H. Oliveira Marques que confessa ser uma Constituição demasiado progressista e demasiado democrática para o seu tempo.

Os ideias parlamentares voltam a ter lugar com a Carta Constitucional de 1826, que prevê que as Cortes sejam constituídas por duas Câmaras, sendo elas a Câmara dos Pares e a Câmara dos deputados. Esta divisão representava, na verdade, uma câmara alta composta por pares hereditários e vitalícios escolhidos pelo rei, e uma câmara baixa composta por cidadãos eleitos dentro de uma elite censitária. Os poderes viam-se agora divididos em quatro, segundo a teoria de Benjamin Constant (Constant apud Sá, 1994), sendo o quarto poder o do rei, como moderador para a organização política e “chave de todo o sistema político” (Pinto dos Santos, 1986: 65). O papel da aristocracia no modelo da Carta de 1826 foi fonte de luta frequente, que culminou na Revolução de Setembro (1836). Como resultado da revolução redige-se a Constituição de 1838, em que este mesmo quarto poder é abolido. O bicameralismo mantém-se, no entanto por força das razões da Revolução de Setembro as eleições renovam a Câmara dos Deputados (câmara baixa) e metade da Câmara dos Senadores (câmara alta). Este terceiro texto constitucional é o resultado de um compromisso entre os ideais liberais da Constituição de 1822 e os mais conservadores da Carta Constitucional (Miranda, 1987). Este texto sofreu algumas alterações contraditórias no restante do século XIX. Estas alterações tinham o nome de Actos Adicionais e as suas consequências traduziram-se no alargamento do sufrágio censitário, na redução da legislatura de quatro para três anos, na delimitação do número de pares vitalícios e na supressão dos pares electivos. Este último factor levou a uma recuperação da posição da nobreza (Sá, 1994). No que toca ao Parlamento, os ministros passaram a ter a possibilidade de nomearem delegados para certos projectos de lei.

Durante a primeira República, a Constituição de 1911 confere o poder legislativo a um Parlamento composto de duas câmaras (Deputados e Senado). As eleições ainda não eram universais e acabam por não traduzir grande entusiasmo cívico. A Assembleia Nacional Constituinte elegeu o primeiro Presidente da República, e passou a chamar-se Congresso da República, que detinha o poder legislativo e os seus deputados a iniciativa legislativa. No culminar da instabilidade da primeira República, o Parlamento é dissolvido em 1926 e instaurada a ditadura. Durante o período do Estado Novo a Constituição de 1911 vigora apenas em teoria, sendo claro que o movimento se afirma como antiparlamentarista. A Assembleia Nacional, órgão legislativo durante o período da

ditadura militar, não consta para o regime como um órgão de soberania prioritário. Esta Assembleia tinha uma estrutura monocamaralista, no entanto, a existência de uma Câmara Corporativa com funções meramente de consulta leva Luís Sá a considerar um “bicameralismo assimétrico” (1994: 160). O Governo elabora um texto constitucional que publica nos jornais, para ser difundido e discutido, no entanto o regime de liberdades limitadas da ditadura não deu abertura a grande discussão, e o texto acaba por entrar em vigor a 1933 sem ser promulgado. Esta Constituição diminui o estatuto da Assembleia que, apesar de deter o poder legislativo, sucessivas revisões constitucionais acabaram por atribuí-lo ao Governo na revisão de 1945. O Governo não tinha qualquer responsabilidade política perante a Assembleia, enquanto esta detinha um poder delimitado de fiscalização do Governo. A 25 de Abril de 1974, a Assembleia Nacional reuniria pela última vez, sem quórum.

A opção de monocamaralismo no pós-revolução reuniu consenso, uma vez que uma segunda câmara com interesses aristocráticos seria incompatível com a época revolucionária vivida. Também a conotação corporativista da Constituição de 1933 ajudou ao rápido entendimento por uma única câmara, sendo o fim último desta escolha absolutizar a soberania popular (Sá, 1994). Esta escolha é a tendência moderna de adopção, sendo característica de países de pequena extensão territorial e reduzida dimensão geográfica, homogeneidade étnica e cultural. É um processo mais democrático, típico das situações revolucionárias. O que não reuniu consenso foi a escolha do nome desta Assembleia. Luís Sá encena as negociações que, por um lado, recusavam-se assumir a Assembleia como meramente legislativa, querendo valorizar outras competências políticas e de fiscalização. Por outro, a conotação negativa à volta da palavra *Parlamento*, devido ao antiparlamentarismo vivido durante a ditadura militar. A proposta vencedora é apresentada pelo Deputado Carlos Mota Pinto, que a defende “porque é um órgão colegial que exprime e traduz República” e porque “põe em relevo o carácter colegial, reabilita e dá o devido valor a uma fórmula, a palavra *República*, que na história das ideias, que na história das formas de Estado, tem um conteúdo progressista, tem um conteúdo democrático, é sinónimo de democracia em todas as dimensões que a democracia pode exprimir” (Diário da Assembleia Constituinte apud Sá, op. cit.: 190).

Em relação ao sistema de Governo, existe algum consenso na denominação como semi-presidencialista (Duverger, 1985; Sá, 1994; Leston-Bandeira, 2002). Este modelo

nasce no pós-revolução e é fruto do percurso histórico atravessado pelo país. Depois do fracasso do parlamentarismo da I República e do presidencialismo da ditadura, a oposição ansiava pela eleição directa do Chefe de Estado, como elemento racionalizador entre o Parlamento e o Governo. O modelo de semi-presidencialismo português caracteriza-se por um executivo dividido em Chefe de Estado e Gabinete, este último politicamente responsável perante o Parlamento. Isto significa que o Parlamento pode, mediante um voto de desconfiança, obrigar o chefe do Governo a demitir-se, juntamente com os seus ministros. O executivo tem o direito de dissolver o Parlamento, o que lhe confere uma influência sobre este. O Chefe de Estado, por sua vez, é eleito por sufrágio universal, e esta é a principal diferença deste modelo. O que faz dele um representante do povo, colocado ao mesmo nível do Parlamento, e nitidamente acima do Primeiro-Ministro e dos ministros (Duverger, 1985). Com o advento da democracia, os Governos tornaram-se responsáveis perante os Parlamentos, que passaram a deter a função de controlo político do Governo e da administração pública (Fernandes, 2015).

O percurso histórico da instituição parlamentar em Portugal é conturbado, e a instituição deste órgão como democrático culmina verdadeiramente após o 25 de Abril de 1974. Só através desta revolução é que a Assembleia da República pôde desenvolver e institucionalizar-se como órgão democrático. As suas competências são inscritas na Constituição da República Portuguesa, escrita após a revolução dos cravos. Estas competências são fundamentais para compreender as funções actuais desta instituição.

Competências da Assembleia da República

A Constituição da República Portuguesa articula a organização do poder político na parte terceira. No que respeita à Assembleia da República, as suas competências encontram-se aí definidas como competência política ou legislativa (CRP, Art.º 164), competência de fiscalização (CRP, Art.º 165) e competência quanto a outros órgãos (CRP, Art.º 166). A competência legislativa da Assembleia da República advém da sua própria natureza e sentido histórico como assembleia representativa, e nenhum domínio legislativo lhe seria vedado. Ela é constitucionalmente o principal órgão legislativo, ainda assim, o Governo e as assembleias das regiões autónomas também gozam de poderes legislativos.

Mas esta distribuição de competências evidencia o primado da Assembleia da República no domínio legislativo, uma vez que a definição de competências dos outros órgãos é feita por exclusão das competências legislativas parlamentares.

Competência de fiscalização

Em traços gerais esta competência permite à actividade parlamentar fiscalizar a execução das leis pelo Governo e vigiar pelo cumprimento da Constituição. A competência de fiscalização ganhou destaque e amadurecimento na vida parlamentar desde a revolução de Abril de 1974. Nos dois anos seguintes, os cidadãos elegeu uma Assembleia Constituinte, cujo trabalho se vincava na construção de uma Constituição. Apesar de esta ser a sua única função, os deputados utilizaram a Assembleia como arena de debate, o que iniciou o desenvolvimento deste órgão como símbolo do poder representativo no novo regime português. Devido à juventude da democracia em Portugal, os seus primeiros anos de vida foram tempos de mudança. No Parlamento assiste-se a uma mudança e ajuste a um regime novo em concomitância com um contexto de instabilidade. Entre os anos de 1976 e 1987, Portugal viu dez Governos a tomarem posse, três dos quais não sobreviveram à oposição, o que ilustra a instabilidade partidária e a falta de institucionalização parlamentar. As eleições de 1987 marcaram uma viragem nesta tendência. Foi eleita a primeira maioria absoluta de um único partido, que cumpriu os quatro anos de legislatura, algo que se repetiu no mandato seguinte. Este facto criou um Parlamento forte e consensual, originando a estabilidade necessária para o amadurecimento democrático (Leston-Bandeira & Freire, 2003). Nas palavras de Cristina Leston-Bandeira, o Parlamento português alcança, então, a fase da adolescência (2002: 41).

A estabilidade que se atingiu na década de 90 foi resultado das reformas levadas a cabo à regulamentação parlamentar, o que levou também à transformação do foco da actividade parlamentar da legislação para o escrutínio, conceito que Cristina Leston-Bandeira largamente analisa na sua obra, mas que apelida de legitimação (2002). A regulamentação tem como documentos base a Constituição da República Portuguesa e o Regimento (Leston-Bandeira, 2002: 83), este último consiste no “regulamento interno da Assembleia da República que define formalmente as regras relativas à sua organização,

funcionamento e formas de processo para o exercício das competências previstas na Constituição” (RAR, 2011: 2). Ambos sofreram alterações durante a década de 80 e foram responsáveis pela estabilidade atingida a partir de 1987. As alterações à Constituição da República Portuguesa reforçaram os poderes parlamentares em detrimento das competências do Governo e do Presidente da República (Leston-Bandeira & Freire, 2003). Por outro lado, as alterações ao Regimento afectaram a regulamentação e os procedimentos, que se tornaram mais racionais. Exemplo disso é a redução dos tempos de intervenção em plenário. Ainda, reforçou-se o poder das maiorias, por exemplo no número de perguntas ao Governo; redesenhou-se as ferramentas de fiscalização, melhorando o sistema de comissões. Este ponto é especialmente eficaz no procedimento parlamentar em comparação com a Assembleia do pós-revolução, na qual todas as etapas legislativas realizavam-se em plenário. Na prática o Parlamento funcionava apenas em plenário. Com o desenvolvimento do trabalho em comissões reforçou-se o debate e discussão em plenário, vincando o papel da Assembleia como tribuna (2003: 72). Este último ponto resultou num aumento das propostas e projectos de lei aprovadas, e a taxa de sucesso destas aumentou. Na V Legislatura (período entre 1987 a 1991), a taxa de projectos de lei de iniciativa governamental atingiu os 90% e manteve-se alta desde então (2003: 73-75).

Perante a sobreposição da voz do Governo da V Legislatura na Assembleia (1987 a 1991), o Parlamento reage contra a sua pouca influência política, aumentando a utilização de instrumentos de fiscalização, focando a sua actividade nesta competência. O amadurecer da democracia, ou como Cristina Leston-Bandeira (2002) designa por a sua saída da adolescência, traduziu-se na inclusão na rotina parlamentar das ferramentas de fiscalização. O debate em plenário, referido anteriormente, permite que a oposição questione os actos do Governo, utilizando esse espaço também como ferramenta de fiscalização, o que leva a que o Governo revele informação, diminuindo a assimetria entre Governo e oposição. O trabalho em plenário tem como objectivos esgrimir argumentos e obter vantagens políticas, como afirma Jorge Fernandes (2015), no entanto os partidos compreendem a reduzida probabilidade de demoverem os outros partidos políticos das suas opiniões. Pode-se aferir, então, que o carácter teatral conferido ao debate em plenário se deve à atenção mediática e que, portanto, “os partidos aproveitam estas ocasiões para, a espaços regulares, tomarem posição sobre temas que interessam à sociedade” (2015: 55). O Primeiro-Ministro comparece quinzenalmente perante o Plenário para uma sessão de

perguntas dos deputados, que também podem apresentar questões escritas ao Governo (Gomes Canotilho & Moreira, 1993).

Os requerimentos e as perguntas escritas, endereçadas por um deputado a um membro do Governo, são extra-plenário e permitem um conteúdo político mais substantivo e oportunidade de desenvolver uma resposta, sendo esta uma das ferramentas de fiscalização que não tem controlo partidário. “Ao contrário das perguntas orais, nas quais o acesso ao palco é fortemente condicionado devido à escassez de tempo existente, nas perguntas escritas e nos requerimentos não existem quaisquer constrangimentos”, acrescenta Jorge Fernandes (2015: 59).

Mais reformas aos procedimentos de fiscalização incluíram a possibilidade de interpelações, propostas de comissões de inquérito, debates especiais, ou de urgência, e ainda petições. O reforço dos poderes parlamentares tem uma importância decisiva perante a eleição de cada Governo, uma vez que este tem de apresentar o seu programa à Assembleia da República, para esta aprovar ou rejeitar, através de moções de censura ou de confiança. A possível rejeição do programa de Governo leva à demissão do mesmo, o que sublinha o carácter fiscalizador deste órgão de soberania.

Competência legislativa

A competência legislativa traduz-se num processo complexo¹⁰. Uma lei passa por diversos crivos, de forma a corresponder às necessidades reais da sociedade, evitando interpretações erróneas. Na verdade, assiste-se a um maior número de decretos-leis publicados do que de leis, no mesmo período, o que “unicamente pelo prisma aritmético, levar-nos-ia a concluir pela pouca importância da Assembleia da República ou a questionar a sua primazia no domínio legislativo” (Vargas & Valente, 2008: 175). Também o facto da legislação ter vindo a sofrer uma governamentalização, em que a maioria das propostas aprovadas pela Assembleia da República são iniciativas do Governo (numa proporção de

¹⁰ “Seja qual for o órgão competente para emanar, a lei resulta necessariamente de um processo ou procedimento; resulta de uma sucessão de actos de vária estrutura e relativamente autónomos encadeados para um fim; corresponde ao momento conclusivo desse processo ou procedimento.” (Miranda, 1997: 236)

80 a 100% das iniciativas) pode levar a concluir o mesmo. No entanto, a Assembleia tem um papel fundamental no processo legislativo.

As fases do processo podem ser agrupadas de diversas formas, mas começam sempre por um impulso que leva a uma iniciativa legislativa. A iniciativa legislativa nasce de situações conhecidas do legislador ou da pressão da opinião pública e da comunicação social, que veiculam reivindicações dos cidadãos petições ou missivas. As iniciativas chegam à Assembleia da República pela mão de deputados, grupos parlamentares, ou grupos de cidadãos que apresentam petições com mais de 35 mil subscrições, patrocinadas por algum deputado ou partido, e adquirem o carácter de projectos de lei. Caso a iniciativa seja proveniente do Governo, adquire o nome de proposta de lei. Ambos são entregues na mesa da Assembleia, para serem admitidos ou rejeitados pelo presidente, que comunica a sua decisão ao plenário. Daqui, parte para a fase de apreciação na comissão competente, que elabora um parecer fundamentado, incluindo os antecedentes legislativos, as soluções consagradas noutros ordenamentos jurídicos, bem como legislação europeia sobre a matéria, referências bibliográficas e audições que a comissão deverá realizar. O parecer regressa ao plenário, onde é discutido e cada grupo parlamentar intervém marcando a sua intenção de voto, perante opinião pública e perante os outros grupos parlamentares, obrigando-os a tomarem iniciativa. Após esta votação, o presidente manda publicar e numerar o projecto ou proposta de lei, enviando novamente para a comissão competente.

Nesta fase, a comissão leva a cabo um trabalho exaustivo de bastidores, realizando o debate na especialidade. A iniciativa legislativa regressa à comissão para nova apreciação, traduzindo-se na tentativa de uma solução de compromisso. Aqui o texto volta a ser debatido e votado na especialidade, artigo a artigo. A comissão pode, até, deliberar que a iniciativa deva ser votada alínea a alínea, dentro de cada artigo, ou ainda segmento por segmento, em cada alínea de artigo. Esta fase inclui audições aos destinatários ou entidades envolvidas das medidas legislativas em questão. A Constituição da República Portuguesa consagra o direito de participação de cidadãos na elaboração da legislação laboral, através de estruturas representativas dos trabalhadores, o que possibilita que o legislador disponha de *know how* especializado e gratuito, identificando possíveis focos de conflito resultantes da entrada em vigor de determinada legislação, corrigindo, o que garante qualidade ao processo legislativo, bem como o aperfeiçoamento técnico da legislação e negociação do conteúdo político. Para discussão pública, o texto da iniciativa é

publicado em Separata do Diário da Assembleia da República, que é divulgado em destaque no site da Assembleia. O órgão de soberania tem de anunciar, através dos órgãos de comunicação social, a publicação da Separata, a designação das matérias que se encontram em fase de apreciação pública e o prazo. A participação dos cidadãos é imperativa, sendo impossível discutir-se e votar-se uma iniciativa legislativa sem que as comissões de trabalhadores, associações sindicais e associações de empregados se tenham podido pronunciar. A comissão aprova o parecer e envia-o ao Presidente da Assembleia, para a votação final global.

O debate e a votação na generalidade realiza-se em plenário, obrigatoriamente no prazo de 18 reuniões plenárias. Compreende a apresentação da iniciativa pelo seu autor, e pedidos de esclarecimento ou intervenções dos grupos parlamentares. A votação procede-se com os deputados levantados ou sentados, caso queiram aprovar ou rejeitar, respectivamente, a proposta ou projecto de lei. A apuração dos votos é feita pela Mesa do Presidente da Assembleia da República, sendo que cada deputado detém um voto. Esta votação pode utilizar a forma habitual de contagem de deputados levantados e sentados, ou por via electrónica, nominal ou escrutínio secreto. No caso de votação por contagem de deputados levantados e sentados a mesa, ao apurar os votos, tem em atenção a distribuição partidária dos votos, a votação individual de um deputado caso seja distinta do seu grupo parlamentar e a sua influência no resultado final¹¹. Após a aprovação e votação final global em Plenário, o texto passa a chamar-se decreto, e regressa à comissão para redacção final, para aperfeiçoar a sistematização e o estilo do texto. O texto resultante é publicado em Diário da Assembleia da República, assinado pelo Presidente da Assembleia da República e enviado ao Presidente da República para promulgação, ou exercício de direito de veto. No caso de promulgado, é enviado para o Governo, como referenda ministerial, um mecanismo de controlo da validade jurídica do acto. Finalmente, o Presidente da Assembleia da República envia o texto à Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA, que publica em Diário da República como lei. Esta publicação leva a lei ao conhecimento dos seus destinatários, sendo requisito para a eficácia da mesma.

¹¹ No entanto, os partidos com assento parlamentar asseguram a disciplina e coesão interna dos seus deputados através da ameaça de não voltarem a integrar a lista de candidatos a deputados. Assim, asseguram que o voto de cada deputado será em consonância com a intenção partidária. (Fernandes, 2015).

As competências da Assembleia da República descrevem as funções deste órgão. No entanto, o Parlamento é organizado internamente após cada legislatura, com as respectivas eleições. As competências desta instituição têm expressão através da organização interna da Assembleia da República, tornando relevante a compreensão de como se processa esta organização.

Organização interna

As eleições legislativas dão início a cada mandato, chamado de legislatura, e são o gatilho para toda a reestruturação da organização interna da Assembleia. Cada legislatura tem o prazo de quatro anos, e cada ano parlamentar é chamado de sessão legislativa, iniciando-se a 15 de Setembro. Os deputados eleitos organizam-se através de listas apresentadas pelos partidos, somando um total de 230 deputados. O que se traduz, em plenário, em grupos parlamentares constituídos pelas listas de deputados eleitas¹². É através das estruturas partidárias com assento parlamentar que se centraliza a coordenação de recursos de apoio e incentivo aos deputados, para produzir e apresentar peças legislativas, como explicado no ponto anterior deste capítulo. Estes constituem a matéria prima que será utilizada para organizar este órgão soberano. Com a eleição dos deputados, existem dois processos que lhe seguem: a organização interna do Parlamento e a formação de um Governo.

A organização interna é iniciada com a distribuição de deputados por diferentes áreas de trabalho, que promovem a especialização dos mesmos por áreas temáticas e a divisão de tarefas. Assim, apesar de terem todos o mesmo poder institucional, acabam por deixar de trabalhar igualmente em todas as áreas jurisdicionais. A primeira forma de organização é a eleição de um presidente da Assembleia da República, que preside à mesa, dirige os trabalhos parlamentares e decide a ordem de assuntos do dia, em consonância com a Conferência de Líderes (a ser explicado mais à frente). Este é eleito pelos seus pares, por maioria absoluta, tendo a função de substituir interinamente o Presidente da

¹² No presente, os 230 deputados são: 24 do CDS-PP, 108 do PSD, 74 do PS, 14 do PCP, 2 do Partido Os Verdes e 8 do Bloco de esquerda. Cada partido com assento parlamentar corresponde, na prática, a um grupo parlamentar.

República. Esta eleição pretende nomear, ainda, quatro vice-presidentes, quatro secretários e quatro vice-secretários. Este grupo constitui a mesa e pretende coadjuvar o presidente no exercício das suas funções, bem como dirigir as reuniões plenárias.

Para além da eleição deste órgão, distribuem-se representantes dos grupos parlamentares por comissões especializadas e permanentes, assegurando proporcionalmente a representatividade da assembleia. Nestas comissões encontra-se o centro da actividade legislativa, no entanto este ponto será analisado mais adiante. Devido ao menor tamanho institucional, cerca de 21 a 23 deputados nas comissões permanentes e 17 nas de inquérito, existe um menor custo na tomada de decisão. O trabalho nas comissões é mais cooperativo e menos adversarial, livre de pressão mediática¹³ e partidária. Os deputados dos diferentes grupos parlamentares estão mais dispostos a partilhar informação e a debater argumentos, o que leva a que se formule uma posição mais consensual. Ainda, os membros do Governo podem participar nas reuniões das comissões. Para organizar e distribuir o trabalho parlamentar, estas comissões dividem-se em comissões permanentes, consoante as pastas ministeriais, comissões de inquérito que fiscalizam actos do Governo ou da administração pública, e comissões eventuais. No entanto estas últimas são convocadas ao longo da legislatura, ao contrário das primeiras que são delegadas no início da legislatura.

Por último, forma-se a Conferência de Líderes, grupo constituído por representantes de todos os partidos com assento parlamentar, pelo presidente de cada grupo parlamentar, pelo presidente da Assembleia da República e por um representante do Governo (habitualmente o Ministro ou o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares). Este grupo visa determinar a ordem do dia, e para isso os partidos negociam neste momento a agenda do Parlamento. A agenda é dada a conhecer com um mínimo de quinze dias de antecedência.

Esta estrutura interna que opera a Assembleia da República ajuda a traçar a agenda parlamentar. A rotina habitual semanal deste órgão inicia-se com o encontro eleitoral à segunda-feira, no qual os deputados viajam pelo país para ouvirem as necessidades e desagrados dos cidadãos. Esta viagem traduz-se num melhor conhecimento das

¹³ O trabalho em comissões é público desde 2007, altura em que se alterou o seu estatuto, para introduzir maior transparência. No entanto, assiste-se a um efeito negativo, uma vez que esbateu a principal vantagem do trabalho em comissões livre de pressões. Caso o tema assim o justifique, algumas comissões podem trabalhar à porta fechada. (Fernandes, 2015)

necessidades legislativas dos municípios, bem como num contacto com as intenções de voto dos cidadãos. No dia de terça-feira, reúnem-se as comissões que funcionam durante a legislatura, acima mencionadas. Nos dias de quarta-feira e quinta-feira, os grupos parlamentares reúnem-se em plenário. Caso não houver reunião em plenário, continuam os trabalhos das comissões. Pode ocorrer, também, que decorram simultaneamente, consoante a natureza das mesmas. Como já foi mencionado anteriormente, decorre um debate quinzenal no qual o Primeiro-Ministro, perante o plenário, responde às perguntas dos grupos parlamentares. Ocorrem, portanto, três reuniões plenárias por semana, públicas. Estas são gravadas integralmente através da televisão do Parlamento, sendo o registo de acta publicado na I série do Diário da Assembleia da República (Vargas & Valente, 2008).

Na história contemporânea, o Parlamento tem vindo a traçar um percurso importante para a sua afirmação como instituição democrática, depois de anos de ditadura, na qual a Assembleia não teve expressão nesse sentido. A análise histórica e documental da Assembleia da República, bem como das suas competências e organização interna, necessita de um enquadramento actual. Este panorama é traçado através de autores contemporâneos que apresentam as tendências modernas do Parlamento português.

Panorama actual da Assembleia da República

A crise económica de 2010 fez cair a pique a confiança nas instituições políticas. Ana Belchior (2015: 65) estudou os níveis de confiança dos portugueses nas instituições políticas, através de dados do Eurobarómetro, e as suas conclusões apontam para um decréscimo da confiança que vai além da tendência generalizada de desconfiança:

“A primeira conclusão aponta, globalmente, para uma tendência decrescente da confiança dos europeus nestas instituições políticas, que afecta Portugal de forma particularmente grave. Esta tendência é mais expressiva no que respeita ao Governo e ao Parlamento nacionais. Em qualquer destes casos, Portugal tinha em 1997 uma percentagem de indivíduos a manifestarem confiança acima dos 50 %, que se mantém até 2003. (...) O declínio da confiança no Governo e no Parlamento é acentuado nos dez anos seguintes (...).”

Esta tendência decrescente é suportada por vários estudos, mas existe ainda pouca investigação relacionada directamente com o Parlamento português, ou que relacione as

áreas dos estudos legislativos, comportamento eleitoral e estudos dos media em Portugal. Apesar da juventude da democracia portuguesa e do Parlamento, Cristina Leston-Bandeira (2000; 2002; 2003a; 2003b; 2009a; 2009b; 2012a; 2012b; 2013) tem já publicado um conjunto de trabalhos relevantes sobre esta matéria. A autora revela que a assembleia portuguesa carrega uma herança histórica de impopularidade, sendo a instituição mais criticada, o que é contraditório quando se compreende que esta instituição é o coração da democracia. No entanto, também existem estudos que comprovam que os níveis de confiança nas instituições políticas estão directamente relacionados com o nível de instrução dos cidadãos. Este ponto é especialmente claro quando confrontado com o facto de que a desconfiança perante o Parlamento coincide com a imagem que os cidadãos têm do Governo. O que demonstra falta de conhecimento e relacionamento com a instituição, generalizando a opinião que têm do Governo para o Parlamento em si. Os sentimentos negativos de um grupo para outro tendem a reduzir com o aumento de contacto. Fica clara a questão, portanto, de que os níveis de desconfiança no Parlamento português se devem a uma falta de contacto entre a instituição e os cidadãos.

Paradoxalmente, o contacto com os cidadãos tem sido um dos pontos mais relevantes para o Parlamento, e alvo de atenção por parte da instituição. Desde a década de noventa, existe uma quantidade considerável de informação disponível através da internet. O site do Parlamento português sofreu alterações, de forma a tornar-se mais intuitivo, com canais comunicacionais de contacto entre deputados e os cidadãos e promoção de actividades de aproximação. Estes canais comunicacionais, presentes na internet mas também programados para o contacto físico com a instituição, contam com a abertura das portas do Palácio de São Bento a visitas externas; eventos no mesmo (como exposições, concertos); bem como o desenvolvimento da iniciativa Parlamento Jovem, onde jovens em idade escolar podem simular uma sessão de plenário, na antiga câmara alta, restaurada e preparada para receber estas sessões. A gestão destes canais comunicacionais fica a cargo de um departamento, criado na década de 90 do século XX, de nome Centro de Informação ao Cidadãos e Relações Públicas, com a principal função de desenvolver a transparência do Parlamento. Na última década, o Parlamento português foi pioneiro ao publicar, em exclusivo, o seu jornal electronicamente. O Diário da Assembleia da República existe apenas em suporte digital, ao alcance de qualquer cidadão com acesso à internet, sendo parte integrante do processo legislativo, como mencionado anteriormente.

O envolvimento dos cidadãos na vida parlamentar não se resume ao contacto com o site e com o palácio. Na década de noventa focou-se a atenção em alterar-se as regras das petições, de forma a tornarem-se mais acessíveis, bem como na criação de fóruns para discussão dos decretos, ou até na criação de sites para contacto directo com os deputados. No entanto, este esforço em abrir as portas do processo legislativo para uma maior participação tem tido resultados desapontantes, com níveis de participação bastante baixos, como sublinha Leston-Bandeira (2012). A autora revela que os dois únicos fóruns utilizados foram os primeiros, devido à extensa publicidade veiculada através dos media. Pode-se concluir, portanto, que a publicidade mediática gera interesse por parte dos cidadãos. Ao mesmo tempo que existe um investimento na abertura desta instituição, bem como na sua transparência, os níveis de confiança continuam baixos. Resta compreender que publicidade é feita nos media, ou que imagem estarão a veicular.

Introdução

As instituições políticas portuguesas, nomeadamente o Parlamento, têm construído provas no sentido da aproximação ao cidadão. Soma-se a concomitante permanência de um sentimento de descrença e desconfiança na política por parte dos cidadãos. Revela-se importante compreender um dos meios principais através dos quais os cidadãos tomam conhecimento da actividade parlamentar.

Os media assumem-se como a ponte comunicacional entre governantes e governados, logo, o canal que entrega a mensagem política aos cidadãos e dá voz às suas expressões. A política desenrola-se em paralelo à sua vida quotidiana e, por isso, é uma experiência reportada (Carpini & Williams, 2003). Neste capítulo, pretende-se debater teoricamente sobre a relação entre os media e o regime democrático, bem como a forma como o jornalismo televisivo representa a política em geral e o Parlamento em particular. Para isso, é necessário esclarecer o conceito de comunicação política no meio audiovisual em destaque nesta investigação – a televisão – sem deixar de parte o debate sobre o poder do jornalismo, a sua função democrática, e a relação entre a televisão e o espectador.

O debate sobre a posição dos media na sociedade caminha ao compasso dos avanços tecnológicos, industriais, democráticos e capitalistas na sociedade e na área da comunicação, trazendo novos desafios à actuação jornalística. Como resultado, nunca houve tanta informação disponível, ao mesmo tempo que nunca foi tão fácil evitá-la. A televisão desenvolveu-se através da introdução de um modelo comercial, e diversificou-se com o aparecimento dos canais por cabo. Com a internet, a informação torna-se ainda mais acessível e facilmente difundida. Assim, a actividade jornalística depara-se com novos desafios, novos valores-notícia e um público cada vez mais fragmentado. Dada a posição dos media para a saúde democrática, é importante cruzar as suas funções democráticas com o seu desempenho actual. Tendo em mente o baixo nível de confiança nas instituições políticas referido no capítulo anterior (Belchior, 2015), e o esforço por parte das instituições democráticas em tornar o contacto com os cidadãos mais acessível e

transparente, é importante compreender o papel dos media enquanto instituição democrática.

O papel democrático do jornalismo

Nas democracias contemporâneas, os media são a fonte mais importante de informação sobre política e assuntos correntes, o que significa que também o são na formação de opinião individual e pública. James Curran considera que a democracia funciona melhor quando os seus cidadãos estão informados politicamente (2012). O acesso à informação é essencial à saúde do regime democrático, fazendo com que os cidadãos tomem decisões informadas e responsáveis, e tenham capacidade para avaliar o desempenho de quem os representa. Por essa razão, a liberdade de imprensa é uma ferramenta tão importante para a democracia. Prova disso é a sua presença nas Constituições ou, por outro lado, a sua repressão nos estados autoritários ou totalitaristas. Isto sugere a forte influência da liberdade de imprensa na confiança política, mas também no conhecimento que os cidadãos adquirem sobre a política. Esta observação tem sido corrente nos estudos, e o papel dos media tem sido extensamente teorizado. Aalberg Toril e James Curran (2012) concluem o seu estudo reafirmando que a função democrática dos media é de monitorizar o poder, funcionando, também, como agência de informação e palco de debates. Os media funcionam, assim, como ponte comunicacional entre governantes e governados, bem como entre grupos sociais.

Assim, surgem alguns debates sobre a posição do jornalismo, explorando a questão levantada por Thomas Patterson de saber qual o interesse representado pelos jornalistas, uma vez que não representam, com consistência, as preocupações de nenhum grupo em particular (1996). O jornalismo como quarto poder, por contraposição aos três poderes de Montesquieu, surge através de Henry Brougham, Thomas Macaulay e William Hazlitt no Reino Unido do século XIX. José Manuel Fernandes (2011: 40-51) contraria as visões de Oscar Wilde e Ignacio Ramonet, de que o quarto poder teria absorvido os outros três, e que a hierarquia nem sempre seria válida. Considera, pelo contrário, que a comunicação não se pode classificar por ser um poder, como se pode comprovar no seguinte excerto da sua obra:

“Em primeiro lugar, porque nem os media, nem o jornalismo, correspondem às definições clássicas de poder constituído enquanto capacidade de acção e de meios concretos de coerção no quadro de uma política. Em segundo lugar, o conjunto dos órgãos de comunicação e das práticas jornalísticas não se articula num centro decisório unificado e coerente, análogo ao executivo, ao legislativo e ao judicial. Em terceiro lugar, quer se tenha presente a estrutura das empresas jornalísticas, o grau de autonomia dos media e do jornalismo é reduzido. Ou seja, o poder dos media é condicionado e controlado por todos os outros, ou seja, pelos centros de decisão política, económica, tecnológica e militar” (2011: 42).

Também Mário Mesquita (2004) considera a expressão de quarto poder, aplicada ao jornalismo, como uma hipérbole. Este conceito, para o autor, está desactualizado e coloca o jornalismo ao nível das instituições do poder constituído, argumento do qual se aproxima a crítica de José Manuel Fernandes (2011). Para Mesquita (2004), o jornalismo não é o quarto poder uma vez que nem os media nem o jornalismo correspondem às definições clássicas de poder constituído; o conjunto de órgãos de comunicação social e das práticas jornalísticas não se articula num centro decisório unificado e coerente, análogo ao executivo, legislativo e judicial; e, como derradeiro argumento, o grau de autonomia dos media e do jornalismo é reduzido, tendo em conta as estruturas das empresas mediáticas e formas de produção jornalística. Por contraposição, tanto Mesquita (2004) como Fernandes (2011) propõem uma função de vigilância para o jornalismo actual. O primeiro, na sua obra *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea* (2004), apresenta a ideia de jornalismo *watchdog*, que se desenvolveu com os ideais liberais. No entanto, revela que esta imagem corresponde às mitologias glorificantes da acção dos jornais e jornalistas. Assim, Mesquita (2004) integra o ideal democrático de um sistema de pesos e contrapesos, capaz de limitar o poder a quem o detém. Esta condição assegura um regime democrático, quando enquadrada na tríade de Ralf Dahrendorf (1998 apud Mesquita, 2004). Estas três condições de subsistência de um regime democrático incluem um sistema de pesos e contrapesos capaz de limitar o poder, alternância de Governo sem violência, e livre direito de expressão. A condição de contrapeso é assegurada pelo jornalismo, defendem ambos os autores (Mesquita 2004; Fernandes 2011), e não sendo necessariamente contra, tem o dever de ser independente e crítico.

Ao observar as funções do jornalismo através dos documentos que as estabelecem, compreende-se um conjunto de deveres que alguns autores consideram utópicos. Na Constituição da República Portuguesa, a liberdade de imprensa deve salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, através da garantia de independência e isenção do Governo, Administração ou entidades públicas (CRP, Art.º 38). O Estatuto do Jornalista afirma o dever de “informar com rigor e isenção”. No Código de Conduta dos Jornalistas do Expresso, lê-se: “Não existe a objectividade absoluta, mas tal não invalida a busca da verdade factual. É porque temos consciência da subjectividade que necessitamos procurar a objectividade. Ao jornalista cumpre buscar a verdade e divulgá-la.”

No Código Deontológico dos Jornalistas, o jornalista tem o dever de relatar com exactidão e interpretar com honestidade. Este breve resumo das funções do jornalista demonstra a compreensão, por parte da imprensa, de que a objectividade não é real e concreta, mas deve existir um esforço pelo rigor, exactidão, isenção, verdade factual e honestidade. Os relatos jornalísticos contêm sempre a perspectiva de quem relata, uma vez que, como Fernando Savater assume, “se tivesse nascido objecto, seria objectivo; como nasci sujeito, sou subjectivo”. Na actualidade, esta ideia está em risco devido à crise económica, que afectou os recursos empregues nos media, subjugando o jornalismo a uma agenda comercial. Este facto afecta as escolhas editoriais, os hábitos de consumo dos cidadãos e, no fundo, os valores-notícia que regem os profissionais do jornalismo.

O Jornalismo contemporâneo

Nas duas últimas décadas do século XX, a credibilidade dos media tem sido questionada. Os sintomas, aponta Mesquita (2004), expressam-se no acentuar da fragilidade dos processos de investigação, a ausência de escrúpulos, a procura de êxito profissional sem olhar a meios e a pressão das audiências e das vendas como marcas do declínio da profissão jornalística. Este declínio acentuou-se com a insuficiência dos métodos investigativos utilizados, consequência da redução de recursos a investir nas redacções, e alvo de constantes críticas às rotinas de produção e selecção noticiosa. O debate sobre a legitimidade da intervenção jornalística no espaço público está marcado por contestação em relação à sua categoria profissional. Neste sentido, Carl Bernstein (1992),

um dos jornalistas responsáveis pela investigação que espoletou o caso Watergate, traça um quadro para a profissão que vai ao encontro de Mesquita (2004). Para Bernstein, a cobertura jornalística tem vindo a tornar-se cara, o que, com a diminuição de lucro com a imprensa, leva a uma redução dos recursos empregues nas redacções. O exercício jornalístico em crise baseia-se, assim, na espera pelas notas das agências, com algum trabalho de investigação feito. Os poucos recursos para a investigação jornalística, afirma o norte-americano, levam a uma cobertura distorcida da realidade, à redução das notícias a boatos e ao sensacionalismo. O discurso político e social transforma-se, utilizando a expressão do autor, num “esgoto” (Bernstein, 1992). A investigação do caso Watergate foi distinta pelo método utilizado, uma investigação exaustiva e aprofundada, o que comprova a importância dos recursos empregues no exercício das redacções jornalísticas.

A sociedade que Bernstein escrutina, em 1992, procura a rapidez e a quantidade. Estes valores-notícia trazem ao profissional do jornalismo uma sensação de que está constantemente desactualizado, ou desinformado. O jornalista vive na constante pressão para competir, para publicar, para não perder uma história. O imediatismo acusado por Susana Salgado (2005), mas que Bernstein relata em 1992, torna-se ainda mais gritante no século XXI, criando uma tempestade de informação. Bernstein (1992) acusa os colegas de profissão de não se dedicarem às investigações, afirmando que apenas procuram a versão mais disponível da verdade. O leitor deixa de ser servido, passando a ser mimado. Ainda assim, este autor sublinha que o papel do jornalismo é desafiar o leitor, ou cidadão, e não apenas diverti-lo. A obra de Bernstein revela que o jornalismo, nos termos actuais, está a desenvolver uma “cultura idiota”, onde o grosseiro se torna a norma, e as notícias patrocinam a desinformação, a informação errada, o desprezo pela verdade e pela realidade da maioria das pessoas (1992). No entanto, estes passos na actuação jornalística são consequência de uma mudança na indústria da informação.

Nas últimas décadas do século XX, houve grandes transformações no sistema mediático, com a abertura da televisão à iniciativa privada. A literatura sobre a comercialização do mercado dos media, na época em que esta liberalização rebenta pela Europa, teme pela perda do ideal de educação e informação das televisões privadas. No entanto, a defesa argumenta que esta medida significa mais diversidade de oferta, maximizando as escolhas da audiência. A comercialização dos media trouxe uma grande variedade de canais, o que leva a um aumento do tempo que a audiência assiste à televisão,

favorecendo os programas de entretenimento. Com a variedade de canais, diminui o share de audiência para cada programa individual, e a audiência fragmenta-se. Esta fragmentação e diversificação leva a consequências, primeiramente positivas, como o aumento do consumo de notícias, resultado de mais altos níveis de literacia. Ainda, os formatos e entrega das notícias diversificam-se, por exemplo, com o aparecimento de canais noticiosos de 24 horas, noticiários a cada hora, magazines e *talk shows*, bem como fontes online, que tornam mais fácil cruzarmo-nos com notícias acidentalmente. As audiências, conseqüentemente, passam a deter mais informação de contexto. Tudo isto gera um novo ambiente de informação, que expande as oportunidades de aprendizagem sobre assuntos públicos. Pippa Norris (2004) confirma que existe uma tendência para se avaliar negativamente o panorama actual, através das notícias que se tornaram mais leves, com o domínio do *infotainment*, tendo as notícias sérias sofrido uma queda, deixando de se acompanhar, a longo prazo, assuntos internacionais, de políticas públicas ou debates parlamentares. Pelo contrário, a autora considera mais adequado avaliar uma diversificação do mercado em níveis, formatos e tópicos, ao mesmo tempo que a informação sobre a cobertura de eventos políticos, assuntos internacionais ou financeiros se expandiu, e tornou-se mais acessível noutros meios. Quando a atenção se fecha nos efeitos negativos, e no declínio da informação e do jornalismo, passam despercebidas mudanças, como a capacidade de se assistir em directo a debates legislativos ou desastres naturais, ou encontrar online informação sobre serviços do Governo. A audiência para notícias aumentou em tamanho e expandiu-se socialmente no último quarto de século, não diminuiu (Norris, 2004).

A abertura da televisão à iniciativa privada tem, também, consequências negativas, como o aparecimento de canais comerciais, que gera uma onda de programas importados. Os programas de entretenimento ganham audiência e sobrepõem-se aos de informação, empobrecendo a esfera pública. A expectativa, aquando esta chegada de canais comerciais, é de que sejam de pior qualidade, reduzindo a fasquia aos canais públicos (Holtz-Bacha & Norris, 2010). A comercialização dos canais televisivos ajuda a agudizar o argumento de que todos os canais se tornaram mais negativos e sensacionalistas, processo a que Schulz se refere por convergência da oferta dos canais (apud Holtz-Bacha & Norris, 2010). Os canais comerciais, mas também os públicos, tomam decisões de agenda para maximizar as audiências, de forma a poderem cobrar um preço mais alto pelos anúncios, situação a que

Estrela Serrano se refere por ditadura de audiências (2005). Esta decisão influencia o balanço entre informação e entretenimento, e até a quantidade de entretenimento na informação. Pode-se falar, portanto de *infotainment*, que se entende por conteúdo informacional apresentado de forma a entreter. As notícias dos canais televisivos apresentam características de tabloidização, tendo elas um maior negativismo, personalização, sensacionalismo, foco em assuntos domésticos e histórias de interesse humano (Norris, 2004; Underwood, 2003). Ao mesmo tempo, negligenciando as notícias mais sérias sobre política, o que leva ao decréscimo dos padrões do jornalismo.

O contexto jornalístico que Bernstein diagnostica tem vindo a agravar-se. As necessidades de maior lucro para as empresas jornalísticas fizeram com que o marketing emprestasse ao jornalismo algumas técnicas, como a cobertura de escândalos, crimes e boatos e a utilização de técnicas visuais chamativas, que conduziram o jornalismo a uma tabloidização. A notícia entra num novo terreno, em que passa a ser tratada como um produto, o que tem implicações na prestação do jornalismo como serviço público. Assim, a nova definição de notícia informa a audiência do que lhe é relevante, útil, ou que tem algum significado pessoal para os leitores (Underwood, 2003). O jornalismo adquire, assim, uma viga de *infotainment* que o sustem. O estilo descritivo da escrita jornalística, que responde às questões “quem, o quê, a quem, quando, porquê” da pirâmide invertida, é substituído por um estilo interpretativo em que o jornalista se transforma num analista, como narrador no centro da história (Patterson, 1996). O foco do jornalismo actual é orientado para acontecimentos, não para problemáticas, e os factos apenas ilustram o que de resto se tornou o modelo dominante de cobertura noticiosa. Para Ekstrom, um dos principais critérios de boa televisão é que aconteça qualquer coisa, não deve ser monótona nem enfadonha (apud Serrano 2005). Assim, a pirâmide invertida da notícia jornalística dá lugar à ficção, ao drama, ao conflito, aos problemas, e a narrativa segue uma estrutura com introdução, desenvolvimento e conclusão. Torna-se notícia o controverso com potencial para ser sensacionalizado. O telejornal, sem tempo para aprofundar as notícias, está organizado para ser visto como um todo. Ao explorar o lado espectacular dos acontecimentos privilegia as imagens e os sons, sobrepondo a emoção à razão. A televisão sensacionalizada sobrevive à custa de um carácter de entretenimento e prazer, e as notícias como registo superficial do que é dito e mostrado.

Como consequência da transformação da notícia em produto, e paralelamente aos avanços tecnológicos da sociedade, o indivíduo é ao mesmo tempo cidadão, consumidor, audiência, familiar e trabalhador (Carpini & Williams, 2003). O jornalismo que informa os cidadãos do que precisam de saber, cumprindo um serviço de interesse público, está a ser sobrecarregado por práticas de marketing, nas quais o jornalismo quer agradar o público. Esta necessidade de apelar à audiência por mais atenção, servindo-lhe o que se pensa que a mesma procura, é concomitante a uma dispersão da audiência por múltiplos canais, sejam eles por cabo ou satélite, novos meios informáticos que trazem rapidez e distribuição de informação, que conduz a uma dispersão da sua própria atenção. O ritmo da sociedade convoca os indivíduos ao entretenimento, como uma forma de evasão do quotidiano acelerado, que exige uma quota de atenção para assuntos mais complexos que está gasta noutras dimensões (Carpini & Williams, 2003; Underwood, 2003).

Comunicação política no meio audiovisual televisivo

A comunicação política abrange um vasto conjunto de situações, desde formas tradicionais, anteriores à emergência dos media, como os rituais de tomada de posse dos governantes, as manifestações de rua ou comícios e, ainda, modalidades características da publicidade e do marketing. Na prática, “considera-se comunicação política as sessões parlamentares, as campanhas eleitorais, as notícias sobre política publicadas nos jornais ou transmitidas na televisão, mas também a gestão mediática das sondagens e os inquéritos de opinião” (Salgado, 2005: 83). Com o desenvolvimento da imprensa, os periódicos dedicaram-se a propagar relatos e imagens das actividades dos governantes, de forma a serem visíveis a uma pluralidade de indivíduos que, de outra forma, nunca tomariam conhecimento das actividades quotidianas dos seus governantes. Esta visibilidade traz consigo uma aproximação dos governantes às audiências distantes, perde-se em muito a grandeza que no passado rodeava os líderes políticos e as instituições, e passam a ser apresentados como pessoas comuns. Os meios audiovisuais e electrónicos contribuem para encenar um tipo de autoridade política que se faz pela proximidade e pela crença de que quem governa é alguém como nós, que está próximo e de quem podemos observar as suas características mais pessoais. Os media são um contributo tecnológico imprescindível para

a realização do ideal político democrático nas actuais circunstâncias de comunidades superpovoadas, fragmentadas e complexas. Os meios audiovisuais constituem-se como o elemento de ordenação cultural que o ideal democrático exige para que o diálogo aberto a todos os componentes da comunicação política se realizem e para que a prática democrática não se restrinja à participação de elites minoritárias (Correia, 2010).

A televisão une a presença da imagem, já possível no cinema, à instantaneidade que a rádio provoca, criando um sentimento de proximidade, no qual o tom de oratória do discurso não se adequa. Esta informalidade que a televisão exige influencia o próprio discurso político, que tem de se adaptar para ver a sua mensagem transmitida. Em televisão podem-se observar características específicas como um jornalismo produzido para a apresentação e visualização, elementos essenciais na produção da informação televisiva. O conhecimento produzido através da televisão é articulado visualmente, e pensado para produzir uma impressão e compreensão imediatas, o que o torna simplificador (Hartley apud Serrano, 2005). Dadas estas características, a televisão não se caracteriza por ser um meio apropriado para a apresentação de grande qualidade de informação, que requeira atenção a pormenores. Estrela Serrano argumenta que raramente este medium permite longas exposições ou relatos pormenorizados, antes, a produção televisiva é pensada para provocar sentimentos e empatia por parte dos telespectadores. Assim, a “ linguagem da televisão privilegia a lógica do imediato, da acção e da reacção, das explicações simples e das grandes audiências” (Salgado, 2005: 86). Este imediatismo privilegia os pensadores mais rápidos, segundo Bourdieu, uma vez que o que é dito em televisão é muito importante no momento em que é dito mas, antes que alguém tenha a oportunidade de pensar no que foi dito, já passou e foi esquecido (apud Serrano, 2005). O fluxo de mensagens é tão rápido que dificilmente alguém consegue reflectir, por isso tem de ser imediatamente compreensível.

Os media, especificamente a televisão, permitem aos políticos alcançarem um grande público, muito maior do que através dos canais tradicionais da política. Mas esse público de televisão é tão vasto e heterogéneo que Susana Salgado (2005) coloca o problema da perda de significação da mensagem política, do qual resulta a lógica dos *sound bites*, as frases curtas e a linguagem simples e de fácil compreensão. Neste contexto actual, potenciado ao extremo pelos media, o poder político é absorvido pela esfera mediática, rendido aos valores-notícia da imagem, do imediatismo, da empatia e da

teatralidade. Apesar de o poder e sua expressão sempre terem estado sujeitos à representação nos media (através das gravuras, estátuas, tapeçaria, teatro, imprensa e rádio) os meios audiovisuais, especialmente a televisão, radicalizaram a questão. A comunicação política na lógica dos meios audiovisuais dedica-se, assim, a construir um perfil cuidadosamente trabalhado da personalidade de um indivíduo ou de uma instituição.

Por outro lado, a comunicação social é a condição de funcionamento do espaço público alargado, tornando-se a televisão uma das condições para o exercício da democracia de massas, cumprindo as condições de democracia já referidas nesta investigação (Dahl, 1971), que a tornam, segundo Susana Salgado a única actividade verdadeiramente igualitária (2005). Também João Carlos Correia suporta o argumento de que, apesar de os media de massa apresentarem numerosas desigualdades na estrutura de acesso, são essenciais à produção da informação necessária à realização de uma deliberação pública (2010). Pode-se concluir que os media ajudam a conferir à política uma dimensão nacional, chegando à globalidade do eleitorado. De outro modo, o exercício da política seria fragmentado e reduzido a múltiplos palcos locais. A relação entre os media e a política acentuou-se consideravelmente, de tal forma que é impossível conceber a política sem a existência de um ambiente mediático, denotando-se da parte dos políticos notáveis esforços para controlar as margens de incerteza resultantes de um relacionamento dinâmico com a opinião pública (Correia, 2010). Contudo, a chegada dos meios audiovisuais à política é vista como um elemento extremamente negativo e desagregador da actividade política. Esta passa a estar subordinada a lógicas exteriores, às quais se deve adaptar, sob pena de não conseguir transmitir a sua mensagem. Assim, a mensagem molda-se e muda consoante o meio que a transmite e as suas características, tal como refere McLuhan na sua famosa frase, “o meio é a mensagem”.

O papel do jornalismo para a confiança política

Dada a importância da mensagem jornalística para a democracia, é de relevo perceber o lugar do jornalismo na transmissão desta mensagem. A cobertura jornalística da política tem vindo a ser associada com níveis de desconfiança por parte dos cidadãos para

com a mesma. Thomas Patterson (1996) revela que a evolução do jornalismo para um estilo interpretativo, em que o jornalista se torna um analista e a sua voz tem uma forte presença na cobertura dos factos, coloca este profissional num lugar de destaque e poder, sobre o conteúdo. A consequência é apontada como uma cobertura jornalística focada nos aspectos negativos da política, que alimentam a insatisfação para com os líderes políticos. No entanto, estudiosos têm vindo a acompanhar os mandatos dos líderes políticos e concluem que, de um modo geral, estes cumprem as suas promessas políticas, face ao interesse que têm em assumir o compromisso apelado perante quem tem o poder de os eleger (Patterson, 1996). Esta conclusão sublinha a cultura jornalística anti-política, que se instaurou, na qual os momentos históricos passam despercebidos e se convoca a voz dos políticos com argumentos de ataque de opiniões contrárias de outros concorrentes políticos.

O predomínio de notícias negativas, assume Patterson, é o factor principal responsável pela impressão da política e políticos. Os casos do Vietnam e do Watergate mancharam a relação entre jornalistas e políticos, e trouxeram aos jornalistas a sensação de terem falhado o seu papel, por acreditarem na palavra dos políticos. A desconfiança deve-se, portanto, ao enfraquecimento do poder pela mensagem anti-política dos media, através da sua cobertura de tom arrogante, que rouba aos líderes políticos a confiança pública que precisa para governar com eficácia (Patterson, 1996). Para James Curran (2012), a confiança política é uma virtude democrática que permite acreditar na capacidade das medidas políticas e do sistema político, bem como na sua eficácia para o maior interesse dos cidadãos. Esta confiança na construção de um bem comum através de medidas políticas, e a compreensão das mesmas, torna mais fácil aceitarem-se medidas mais duras. Mas esta compreensão passa, necessariamente, pela fonte primordial e principal de informação numa sociedade – os media e a cultura mediática de cada nação.

Os hábitos televisivos e a participação política

Dada a pertinência da comercialização na televisão, é relevante compreender se a informação noticiosa de diferentes canais cumpre o propósito de rigor, isenção e luta pela objectividade, sem se vergar às pressões comerciais, que Bernstein (1992) sentencia.

Assim, Holtz-Bacha e Norris propuseram-se a estudar quinze países da União Europeia, relacionado os hábitos televisivos dos cidadãos com os seus níveis de conhecimento sobre política, do ponto de vista da eficácia do ideal das televisões públicas, de educar e informar (2010). Através de dados do Eurobarómetro, as autoras confirmam que os hábitos dos cidadãos, no consumo televisivo, estão associados a padrões de conhecimento e informação política, sendo que, assistir a canais públicos está relacionado, positivamente, a mais altos níveis de informação política, o que confirma a Teoria do Ciclo Virtuoso de Norris (2004). A novidade encontra-se registada na diferença entre a cobertura de canais privados e a de canais públicos. Aqueles indivíduos que vêem canais comerciais estão menos informados, e os resultados apresentados nos diferentes países, com diferentes hábitos de consumo, seguem um padrão consistente. Esta observação na diferença entre a cobertura de canais comerciais e públicos foi estudada, tendo sido Portugal o país analisado, por Estrela Serrano em 2005, em período de campanha eleitoral. Os resultados apontam para uma diferença significativa entre a RTP, a SIC e a TVI, sendo a RTP uma alternativa aos restantes canais, submetidos à tirania das audiências para obtenção de lucro. A linguagem do jornalismo da RTP é menos colorida e mais formal, dando uma cobertura equitativa e justa a cada candidato. No entanto, pouco se distingue dos canais privados falhando uma das suas principais missões de rigor, qualidade e seriedade. Em relação aos temas abordados, aqueles que se constituem como fulcrais para que os cidadãos tomem uma decisão informada estão ausentes da cobertura da campanha, denotando que as três televisões dão prioridade à disputa entre adversários, à corrida eleitoral. A campanha como corrida de cavalos e sound bites sem conteúdo substantivo encoraja o afastamento dos cidadãos face à política e aos políticos, enfraquecendo a democracia. Em todos os canais, predomina um tom negativo, sendo mais profundo nos canais comerciais. Por fim, Estrela Serrano conclui que os jornalistas reportam o jogo eleitoral porque o vivem, convivendo diariamente na campanha dos candidatos e imersos nas suas actividades, acabam por socializar com os organizadores das campanhas, assumindo generalizadamente as suas estratégias.

Os efeitos da comercialização, nas atitudes políticas, demonstra uma clara relação entre a preferência por canais comerciais e o baixo consumo de notícias, baixo interesse político e eficácia política. Os espectadores de canais públicos demonstram mais interesse político e mais competência política. Para além desta observação, Holtz-Bacha e Norris

(2010) acrescentam que os espectadores com menor competência política evitam notícias tradicionais e programas de interesse público, preferindo entretenimento e notícias leves. Esta observação ganha peso com a investigação *How Media Inform Democracy: A Comparative Approach*, na qual se observa uma diferença substancial entre a televisão comercial e a televisão pública (Torin & Curran, 2012). Nesta obra, a hipótese de estudo tem como premissas a televisão comercial, com pouca regulação, que leva ao aumento de notícias mais leves e humanas, e menor proporção de contextualização para notícias sobre políticas públicas ou internacionais. Para além desta premissa, os autores revelam, ainda, que os canais de serviço público, com extensa regulação, detêm uma maior percentagem de notícias sérias. O estudo conclui que a televisão norte-americana, com fortes pressões comerciais, é responsável pelo público menos informado, em relação ao público europeu. Esta observação deve-se à informação que é veiculada nas notícias, e, também, à tendência para encobrir a falta de cobertura de notícias internacionais com cobertura de notícias internas, com um olhar sobre a política como um jogo, ou uma corrida.

Padrões de relação entre a televisão e o espectador

O debate sobre a abertura da televisão à iniciativa privada é actual, e ficam em aberto as consequências destas alterações no público, nos seus níveis de conhecimento e informação sobre assuntos políticos. Contrariamente à observação de Thomas Patterson, Pippa Norris (2004) defende que a desconfiança para com a política não se deve inteiramente aos sistemas mediáticos das sociedades. A autora conclui que as audiências não são passivas à informação veiculada pelos media, mas antes estão a seleccionar a informação e a interpretá-la. Os inquéritos do estudo *Virtuous Circle* (Norris, 2004) confirmam que existe um público mais informado e conhecedor, que usa a informação disponível nos diversos meios, para adquirir a informação que precisa para tomar decisões políticas. Assim, existem três caminhos, traçados pela investigação de Norris que pretendem encontrar uma explicação para a desconfiança política, sendo o primeiro a Teoria dos Efeitos Selectivos. A teoria explica que os indivíduos que estão mais predispostos para participar politicamente na sociedade, por qualquer razão, estão mais interessados em acompanhar assuntos nas notícias, o que pressupõe uma relação

unidireccional. No entanto, reconhece-se uma predisposição para usar os media, como na Teoria dos Usos e Gratificações (Blumer & Katz, 1974 apud Norris, 2004), que sugere que os hábitos dos media reflectem predisposições por parte da audiência. Norris conclui que, apesar de se recorrer às notícias para se estar informado, não se aprende nada deste processo unidireccional, o que se revela implausível.

A segunda conclusão, que pretende encontrar explicação para a desconfiança política, revela a Teoria dos Efeitos dos Media, através da qual o processo de assistir a noticiários, ou ler jornais sobre assuntos políticos, por qualquer razão, faz despertar mais interesse e conhecimento sobre o mesmo, facilitando a participação cívica na vida política. Quanto mais se lê, ou assiste a programas televisivos sobre esse tema, nesta interpretação, mais se aprende. No entanto, esta teoria continua a reconhecer apenas uma relação unidireccional, assim, Norris propõe uma relação bidireccional que reconheça ambas as teorias mencionadas.

Em terceiro lugar, elabora a Teoria do Ciclo Virtuoso, que assume um processo interactivo numa relação de dois sentidos. Numa exposição repetida, por exemplo, através da socialização em família ou no local de trabalho, pode haver um ciclo virtuoso, onde os media noticiosos servem para activar o público mais activo. Assim, os indivíduos mais interessados e mais conhecedores prestam mais atenção a notícias políticas. Esta atenção, e consequente aprendizagem, reduz barreiras e leva a um maior compromisso cívico no sentido da democracia participativa. Pelo contrário, os media têm menos poder para comprometer os que desconfiam da política. Dada a disponibilidade de fácil acesso de informação, através de várias fontes alternativas, e mínimo interesse político, quando apresentados com notícias sobre o tema, este grupo de cidadãos tem mais probabilidade de desligar, sendo que submergem na desconfiança cíclica. Pippa Norris sublinha que, caso este grupo, a que chama de descomprometidos, se cruze com as notícias e preste atenção, existe uma maior probabilidade de não confiar nas fontes de informação, uma vez que a repetição deste comportamento torna o potencial das mensagens políticas inócuo (Norris, 2004).

O Parlamento e os media

A relação entre os Paramentos e os media tem uma importância reconhecida pelos próprios órgãos de soberania aqui visados. Em Outubro de 1998, teve lugar em Atenas uma conferência com a presença dos presidentes dos Paramentos belga, grego e italiano, com o mote *Parliaments and the Mass Media* (Negrine, 1999). Esta conferência sublinha a relevância desta relação para o futuro da democracia parlamentar e do jornalismo político, o que corrobora a pertinência da presente investigação. A relação entre poder e espaço mediático tende a ser observada com uma necessidade de atribuição de culpa e responsabilidade pela relação dos cidadãos com o próprio poder. Por um lado, acusa-se o jornalismo político de oscilar entre o discurso esperançoso e a apresentação sensacionalista de eventos específicos. Por outro lado, os Paramentos são acusados do resultado da cobertura mediática, por não adaptarem as suas rotinas e discursos à presença dos jornalistas e ao seu trabalho posterior. No entanto, o debate promovido através desta conferência permite uma conclusão mais equilibrada, expressada na voz do presidente do Parlamento italiano da época, que admite que “só há uma solução para corrigir a falha comunicacional, ter em conta as necessidades do sistema mediático, tendo em mente que os jornalistas não gravam as nossas palavras, mas actuam de acordo com critérios, prioridades e padrões que não devemos ignorar” (Negrine, 1999: 326)¹⁴. Assim, o verdadeiro problema constitui-se na adequação da cobertura parlamentar e pensar como a presença dos media neste órgão pode ser melhorada.

A cobertura parlamentar tem uma história de declínio, e o Parlamento perdeu o seu papel importante de local e fonte de notícias políticas e eventos (Negrine, 1999). A rotina parlamentar não era feita a pensar nos media, e pensou-se que a entrada da televisão no Parlamento traria benefícios, até para combater a marginalização do Parlamento como local e fonte de notícias. Esta marginalização deve-se à história da cultura política numa dada nação, mas também se pode dizer que a imprensa se afastou dos relatos sérios¹⁵, procurando a tabloidização e a despolitização, através de discursos com mais cor e entusiasmo nas disputas políticas. Os dados empíricos comprovam que houve uma redução

¹⁴ Tradução livre.

¹⁵ Na viragem para o século XX, revelou-se caro obter os discursos parlamentares e reproduzi-los na imprensa, o que tornou os jornalistas dependentes das notas das agências. Por outro lado, as agências procuravam vender os seus relatórios de forma rentável, o que levou ao declínio do espaço das notícias parlamentares na imprensa. Vários jornais, como o *The Guardian* ou o *Telegraph*, tinham páginas dedicadas ao Parlamento, a que Ralph Negrine se refere por “páginas parlamentares”. Com o fim deste espaço, o Parlamento deixa de ser privilegiado e tem de lutar pelo seu lugar nas notícias como todos (1999).

do número de notícias parlamentares e políticas (Negrine, 1999). Este factor, em parte, deve-se à entrada da televisão no Parlamento, que causou uma explosão de entusiasmo generalizada e uma grande utilização das imagens dos debates em plenário para ilustrar muitos assuntos políticos. Mas a excessiva utilização destas imagens cansou a imagem pública do Parlamento, e começou-se a poupar na utilização desta imagem. A emergência dos valores-notícia da imagem e do entusiasmo vindos da chegada do entretenimento e da comercialização explica o desencanto com as imagens do Parlamento, visualmente pouco entusiasmantes e frequentemente parecidas. Da visão que culpa apenas os media, emerge a questão se mais cobertura dos Paramentos é necessariamente melhor cobertura parlamentar ou melhor cobertura política do que está disponível no presente.

Portanto, a abordagem comercial e a atenção aos requisitos do público danificaram a cobertura parlamentar, que foi ao encontro de mais cor e entusiasmo. As imagens dos debates tornaram-se banais, deixando de ser suficientes para cativar uma audiência com um foco exigente nas notícias e imagens mais entusiasmantes. Hoje é necessário adaptar a informação, para que seja jornalisticamente apelativa, para que contenha a informação essencial e se destaque da inundação de notícias. As notícias parlamentares apresentam sempre o mesmo visual, o mesmo guião, os mesmos grupos parlamentares com um guião monótono. Mas existem factores contemporâneos que podem ter contribuído para o desinteresse por notícias do Parlamento, como os lugares vazios no plenário, o executivo mais poderoso encarregue pela agenda parlamentar e o maior poder dos partidos sobre a opinião individual de cada deputado. Sendo que o contexto político parlamentar tem vindo a sofrer um processo de legitimação, de mudança e evolução, também o mundo mediático tem vindo a mutar-se, com a comercialização, as técnicas visuais e a tabloidização. Existe uma relação recíproca, ou bidireccional, de trocas e efeitos entre os media e o Parlamento. Assim, torna-se evidente a necessidade de reformulação da relação entre Parlamento e imprensa.

A conclusão aponta para além do que se vê a olho nu, sendo que, não é a organização do sistema mediático e o consumo de notícias, mas sim a saúde e vitalidade da cultura política que realmente importa. Torin e Curran (2012) consideram que a cultura política, como orientação tradicional de uma nação, afecta a sua legitimidade política. O que, no caso de Portugal, e de acordo com o processo de legitimação, se revela uma cultura

que, apesar de se ter desenvolvido bastante nas décadas de 80 e 90 do século XX, ainda tem um espaço na esfera pública que precisa de cuidar e de ter em atenção.

A televisão oferece à democracia uma plataforma que veicula, amplifica e descodifica a mensagem política para os cidadãos. Este *medium* permite exponenciar a quantidade de receptores da mensagem política, o que se apresenta como uma vantagem. No entanto, as características do meio exigem que a mensagem se adapte, correndo o risco de não ser veiculada. Os novos valores-notícia surgem como resultado dos usos dos media, e expressam o imediatismo, a rapidez e o carácter visual que a sociedade apela. A observação da cobertura mediática permite algumas conclusões teóricas que apontam para diferentes coberturas consoante a origem do canal, isto é, caso seja um canal privado ou público. Infere-se que a mensagem política encontra na televisão um amplificador importante da sua actividade, bem como uma ponte comunicacional com os cidadãos, e ainda que a cobertura mediática molda a mesma mensagem aos seus critérios.

A afirmação do Parlamento como palco onde se originam as mensagens políticas exige que se compreenda a sua relação como instituição democrática representativa dos cidadãos. Numa época marcadamente mediática, a cobertura jornalística da instituição responsável pela relação entre o poder e os cidadãos sugere uma responsabilidade missionária pela informação veiculada. Esta Dissertação pretende ilustrar teórica e empiricamente a cobertura mediática feita ao Parlamento português, de forma a estabelecer-se, ou não, uma causalidade para os níveis crescentes de desconfiança nas instituições políticas, e seus agentes. Tendo em conta estas coordenadas teóricas, pretende-se analisar empiricamente como é feita a cobertura jornalística do Parlamento nos noticiários televisivos.

Apresentação metodológica e universo de análise

Partindo da observação teórica de que o Parlamento português tem vindo a trabalhar por mais transparência e contacto com os cidadãos e, simultaneamente, a existência de altos níveis de desconfiança política, é importante perceber o impacto da cobertura mediática para este efeito (Belchior, 2015; Leston-Bandeira, 2012). Com base na revisão teórica sobre a cobertura mediática, nomeadamente de assuntos políticos, podemos inferir que a cobertura diminuiu e sensacionalizou-se (Carpini & Williams, 2003; Underwood, 2003; Patterson, 1996). Assim, esta investigação pretende compreender qual o tratamento dado ao Parlamento português nos jornais televisivos do *prime-time* e avaliar se o trabalho empírico desta Dissertação confirma ou infirma o que a literatura já sistematizou como conhecimento sobre a questão em análise.

A desconfiança política está directamente relacionada com o conhecimento, o que se traduz numa população que confia, mas que tem níveis mais altos de instrução e conhecimento sobre política, e uma maioria que apresenta níveis mais altos de desconfiança política e, simultaneamente, níveis mais baixos de conhecimento e instrução. Esta relação ganha esclarecimento quando vista à luz da Teoria dos Efeitos Selectivos (Norris, 2004). A partir da Teoria dos Efeitos dos Media, e sendo que os media se apresentam como a ponte comunicacional entre o Governo e os governados, a sua função caracteriza-se por traduzir a mensagem política para os cidadãos, constituindo uma experiência reportada (Carpini & Williams, 2003; Curran, 2012). Assim, assume-se a possibilidade da Teoria do Ciclo Virtuoso para explicar que ambos os efeitos teóricos explicados coexistem numa relação dinâmica, interactiva e bidireccional entre os media e a predisposição de uso dos media por parte dos cidadãos.

Como pergunta de partida, surge a questão de como é feita a cobertura jornalística do Parlamento nos noticiários televisivos? Com base neste enquadramento teórico, e tendo como objetivo conhecer a cobertura televisiva do Parlamento português, constituiu-se como corpus de análise peças jornalísticas dos três canais generalistas portugueses. Tal

como os estudos de Holtz-Bacha e Norris (2010), e de Serrano (2005) indicam, existe um ideal inerente ao serviço público contrastante com as pressões comerciais dos canais privados. Parte daí a necessidade de uma análise de conteúdo quantitativa que compare as peças jornalísticas de diferentes canais, no mesmo período temporal, que apresentem imagens da Assembleia da República. Desta forma, espera-se estruturar uma comparação entre o tratamento dado pela cobertura da RTP e pela da SIC e da TVI. Constituiu-se um corpus de análise de 74 peças jornalísticas, transmitidas pelos três canais generalistas – RTP, SIC e TVI – durante a primeira quinzena de Fevereiro de 2015, de dia 1 a 15.

Estratégia metodológica

De forma a estruturar a análise, e de acordo com o quadro teórico, estabeleceram-se três hipóteses para servirem de guia na construção empírica desta investigação. A primeira hipótese que explica o desconhecimento e, por consequência, a desconfiança dos cidadãos no mundo da política, é de que a presença da actividade parlamentar nos media é baixa. Pretende-se corroborar esta hipótese, ou refutá-la, a partir das variáveis: “canal”, “extensão”, “nível de mediação”, “tema/agenda”, “imagem da Assembleia da República” e “função parlamentar”.

A segunda hipótese compreende que a cobertura da actividade parlamentar nos media tem características de entretenimento nos canais comerciais (SIC e TVI) e mais sérias no canal público (RTP). Esta hipótese terá suporte a partir das variáveis: “canal”, “tema/agenda”, “enquadramento”, “estilo”, “tom”, “imagem da Assembleia da República” e função parlamentar. De acordo com a Teoria do Ciclo Virtuoso, pode-se esperar, ainda, que a baixa presença da actividade parlamentar nos media existe simultaneamente com uma cobertura mediática negativa, que terá suporte na análise de todas as variáveis mencionadas acima.

A variável de “canal” pretende identificar a proveniência da peça jornalística, de forma a atribuir possíveis leituras radicadas na propriedade do canal, isto é, se é público ou privado. A partir das variáveis definidas no estudo de Estrela Serrano (2005), incluem-se as variáveis de “extensão”, “nível de mediação”, “enquadramento” e “tom”. A variável de extensão compõe-se pela duração média das peças, com o objectivo de se comparar a

atenção conferida pelos canais aos temas abordados. O nível de mediação analisa a duração dos segmentos de fala dos membros parlamentares e relaciona com a duração da fala dos jornalistas. A variável de enquadramento é utilizada no sentido definido por Capella e Jamieson (apud Serrano, 2005: 69), sendo “a ideia organizativa central do conteúdo de uma notícia que fornece um contexto e sugere o que é o assunto, através do uso de selecção, ênfase, exclusão e elaboração”. Estrela Serrano define as sub-categorias de enquadramento da seguinte maneira:

- Substância: tema específico da actividade parlamentar e/ou a posição específica de um membro ou grupo parlamentar ou partido sobre um assunto;
- Qualidades de liderança/personalidade: discute as qualidades de liderança de um membro parlamentar;
- Jogo: discute a actividade parlamentar em termos de estratégia e tática partidárias (jogo, guerra, metáforas desportivas);
- Substância-liderança: discute um tema específico da actividade parlamentar ou a posição de um membro parlamentar e as suas qualidades;
- Substância-jogo: discute um tema específico da actividade parlamentar ou a posição do membro ou grupo parlamentar, mas num contexto de estratégia, táticas ou sucesso eleitoral;
- Liderança-jogo: discute as qualidades de liderança de um membro parlamentar, mas num contexto de estratégia e táticas partidárias;
- Substância-liderança-jogo: discute ambos – um tema específico da actividade parlamentar ou posição de um membro parlamentar e as suas qualidades de liderança, mas num contexto de estratégia e tática partidária.

A variável “tom” é constituída por uma escala, com classificações entre “claramente negativo / desfavorável”, “mais negativo / desfavorável que positivo / favorável”, “equilibrado”, “mais positivo / favorável do que negativo / desfavorável”, “claramente positivo / favorável” e “neutro”. Para além destas variáveis, os temas foram definidos a partir do visionamento prévio das peças do período de análise.

O estilo de cobertura é constituído, com base em Figueiras (2008), pelas seguintes sub-categorias:

- Analítico-interpretativo / explicativo: apresentação pedagógica e contextualização;
- Crítico: juízo de valor implícito, através de um estilo questionador, que coloca em causa as decisões ou escolhas;
- Apologético: defesa de uma determinada perspectiva, com foco nos pontos positivos;
- Ironia: figura de estilo utilizada para encobrir superficialmente um juízo de valor negativo, com intenção satírica;
- Crítico / irónico: combina as duas categorias explicadas anteriormente.

A variável de “imagem da Assembleia da República” serve para identificar, por um lado, as peças jornalísticas com imagens da Assembleia da República, mas, por outro, identificar os cenários ou momentos da vida parlamentar. Assim, as categorias definem-se por “plenário”, “comissões”, “debate quinzenal”, “conferência de líderes” e, por último, “corredor / imprensa / exterior da Assembleia” (onde os membros do Parlamento falam directamente com a imprensa ou na fachada do Palácio, onde, por vezes, se realizam manifestações).

Por último, a variável de “função parlamentar” pretende identificar as respectivas competências da Assembleia da República que estão a ser retratadas numa dada peça jornalística. Assim, a variável pode-se dividir nas competências “legislação”, “representação”, e “legitimação / fiscalização / escrutínio”. Para identificar as respectivas categorias, constituiu-se uma base de dados de indicadores, que pode ser observada:

- Legislação: Iniciativa legislativa; Proposta de lei; Projecto de lei; Intenção de voto; Debate na especialidade; Audição; Separata do Diário da República; Votação; Decreto-lei; Lei; Comissão; Promulgação; Veto;
- Representação: Eleições legislativas; campanha;
- Legitimação / fiscalização / escrutínio: Plenário; Debate quinzenal; Perguntas por escrito; Requerimentos; Interpelações; Propostas de comissões de inquérito; Debates especiais / Urgência; Petições; Programa do Governo.

A unidade de análise utilizada é a peça, definida como o item entre duas aparições do pivot. Inicia-se com a presença deste no écran e termina quando ele reaparece a

anunciar outra peça. Através do visionamento prévio das peças, no período definido no corpus de análise pode-se proceder à enumeração dos temas que constituíram a agenda mediática da primeira quinzena de Fevereiro – “BES”; “hepatite C”; “eleições legislativas”; “eleições presidenciais”; “caso banco HSBC / Swissleaks”; “privatização da TAP”; “crescimento económico / Troika / Crise”; “agenda do debate parlamentar”; “caso submarinos”; “manifestações”; “nova administração da RTP”; “caso Sócrates” e “bastidores da vida parlamentar / deputados”.

Apresentação dos resultados

A presente análise é constituída por peças jornalísticas dos três canais generalistas da televisão portuguesa – RTP, SIC e TVI – com o critério de transmitirem imagens da Assembleia da República. O corpus de análise constitui-se pelas peças que cumprem esse critério, dentro de um período de quinze dias (a primeira quinzena de Fevereiro), durante o noticiário de *prime-time*. A janela temporal não obedece a nenhum critério em particular, tentando, apenas, assegurar que não havia nenhum evento em específico agendado relacionado com o Parlamento, tornado essa cobertura atípica face ao resto do ano.

Dada a definição de peça jornalística apresentada, correspondendo desde o momento em que o pivô inicia o assunto até a peça terminar, houve a necessidade de ajustar essa definição ao material disponível. Uma vez que a fonte primordial de material para a investigação foram os bancos de peças presentes na internet, não há muita probabilidade de encontrar peças com a apresentação do pivô antes da notícia. Assim, a duração medida em “horas:minutos:segundos” para cada peça foi ajustada apenas para a peça a partir do momento em que o pivô acaba de apresentar o tema e entram as imagens preparadas pelo jornalista. Com este ajuste, fica assegurado o mesmo critério para cada canal, de forma a poder existir uma análise equitativa.

Quadro 1 – Número total de peças analisadas, por canal, entre dias 01 e 15 de Fevereiro de 2015.

Extensão da cobertura	RTP	SIC	TVI
Média de duração das peças (hh:mm:ss)	00:02:09	00:02:20	00:02:02
Peças analisadas	20	29	25
Dias cobertos pela análise	15	15	15
Duração total da cobertura (hh:mm:ss)	00:50:49	01:07:39	00:43:07

O resultado da análise baseia-se num total de 74 peças jornalísticas recolhidas, entre os três canais generalistas. A duração média de cada peça, para os três canais, é muito próxima (cerca de 2 minutos de duração), no entanto a duração total da cobertura jornalística com imagens da Assembleia da República é diferente nos três canais. A SIC apresenta 1 hora e 7 minutos de cobertura, enquanto que a RTP e a TVI ficam abaixo de 1 hora, com 50 minutos e 40 segundos e 43 minutos e 7 segundos, respectivamente.

Quadro 2 – Número de peças, por canal, por tema.

Temas	RTP	SIC	TVI	Total
1 BES	6	7	7	20
2 Hepatite	4	6	5	15
3 Eleições legislativas	-	1	3	4
4 Eleições presidenciais	1	-	-	1
5 Caso Banco HSBC / Swissleaks	1	-	-	1
6 Privatização da TAP	-	1	-	1
7 Crescimento económico / Troika / Crise	5	4	5	14
8 Agenda do debate parlamentar	2	5	4	11
9 Caso Submarinos	-	2	1	3
10 Nova administração da RTP	1	-	-	1
11 Caso Sócrates	-	2	3	5
12 Bastidores da vida parlamentar / deputados	-	1	-	1

Os temas, definidos durante a visualização prévia das peças, distribuíram-se de uma forma polarizada. O escândalo do Banco Espírito Santo levou à constituição de uma comissão de inquérito, com o propósito de esclarecer o desenlace do caso perante os cidadãos. Também durante uma comissão, neste caso ministerial de saúde, um cidadão interrompeu os trabalhos dos deputados e do ministro, Paulo Macedo, com o propósito de dar a conhecer a sua situação enquanto doente com hepatite C, à espera do medicamento. Nesse momento e desde há um ano, o ministério da saúde ainda negociava com a farmacêutica que produz e distribui o medicamento, com probabilidades de cura de 95%, o

valor sobre o qual iriam fechar o negócio. A assistir à mesma comissão estava o filho de outra doente com hepatite C, que tinha falecido na semana anterior, já sinalizada para receber o medicamento mas ainda em espera, dadas as negociações entre o Estado e a farmacêutica não estarem terminadas. Um dia depois do doente ter interrompido os trabalhos da comissão de saúde, dizendo “eu não quero morrer, não me deixe morrer”, frase repercutida pela comunicação social, o ministério da saúde chega a acordo com a farmacêutica. Estes dois temas foram aqueles que tiveram maior presença em cada canal.

O crescimento económico e o debate sobre as medidas de austeridade também ficaram no pódio dos temas com maior presença na análise, acompanhados de imagens do plenário ou mesmo de comunicados dos grupos parlamentares no corredor do palácio de São Bento, à saída do hemiciclo. Também com uma presença horizontal entre os três canais ficou o tema de “agenda do debate parlamentar”, no qual se caracterizam temas que, apesar de diversificados, são noticiados devido ao seu agendamento para debate parlamentar presente ou futuro, tais como a votação da procriação medicamente assistida, o debate sobre a liberalização de drogas leves, o acesso a magistrados numa plataforma de processos (enquadrado no ministério da justiça), a privatização ou concessão de empresas de transporte público ou nomeações de membros dos partidos da coligação para distritais da segurança social.

No outro extremo, existem os temas que tiveram uma presença residual, apenas em um ou dois canais, entre uma a três peças, no máximo. É exemplo disso o tema das eleições legislativas, com uma peça na SIC e três na TVI. Este tema está presente nesta análise devido à proximidade das mesmas (dia 4 de Outubro de 2015), o que leva as televisões a ligarem divergências e acusações entre grupos parlamentares com a corrida para as eleições legislativas. Também as eleições presidenciais veicularam imagens da Assembleia da República, através de uma peça na RTP, uma vez que o pretense candidato já foi membro do Parlamento (Pedro Santana Lopes)¹⁶, o que serve para mostrar imagens de arquivo como retrospectiva.

¹⁶ Pedro Santana Lopes foi adjunto do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional (1978/1979); deputado à Assembleia da República nas Legislativas de 1980, 1983, 1985, 1987, 1991, 1999 e 2005; assessor jurídico do gabinete do Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional (1980/1981); secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros do X Governo Constitucional (1985/1987); secretário de Estado da cultura dos XI e XII Governos Constitucionais (1990/1994) e Primeiro-Ministro do XVI Governo Constitucional (2004/2005).

Durante o período de análise, surge a notícia de uma investigação jornalística que envolve o banco HSBC. A investigação revela um enorme esquema de contas *off shore*, revelando nomes de titulares dessas contas, entre eles alguns portugueses emigrados na Suíça. Esta revelação leva o PCP a pedir uma comissão de inquérito sobre o caso, no entanto apenas a RTP noticiou este requerimento. Também a privatização da TAP foi motivo para se veicular imagens da Assembleia da República, através de apenas uma peça na SIC, nos corredores do palácio onde a imprensa pode fazer perguntas directamente aos deputados. A mesma presença tímida observou-se com o caso dos submarinos. No período analisado, o jornal Expresso teve acesso às escutas feitas a Paulo Portas e comprovou que as transcrições das mesmas, que tinham dado azo às suspeitas, estavam mal feitas. Algumas palavras significavam nomes de cidades ou de canais na Alemanha, mas foram erradamente lidas como nomes em código. A descoberta do Expresso foi o gatilho para uma troca de acusações entre as deputadas Isabel Moreira e Ana Gomes através das redes sociais, no entanto imagens das mesmas em trabalho na Assembleia da República foram usadas para ilustrar a história.

Em relação ao tema da nova administração da RTP, que prestou esclarecimentos numa comissão na Assembleia da República, foi noticiada apenas na mesma estação, com o uso frequente de palavras laudatórias e com foco no futuro e na inovação, através de projectos que a nova administração pretende implementar na RTP. O caso Sócrates, tema com reflexo em duas peças na SIC e três na TVI, levou a que Mário Soares prestasse declarações à porta do estabelecimento prisional de Évora sobre o magistrado encarregue pelo caso. No seguimento, a ministra da justiça comenta estas declarações nos corredores da Assembleia da República, dizendo temer pela separação de poderes. Este comentário fez com que o PS respondesse, também este nos corredores da Assembleia da República, distanciando-se de Mário Soares.

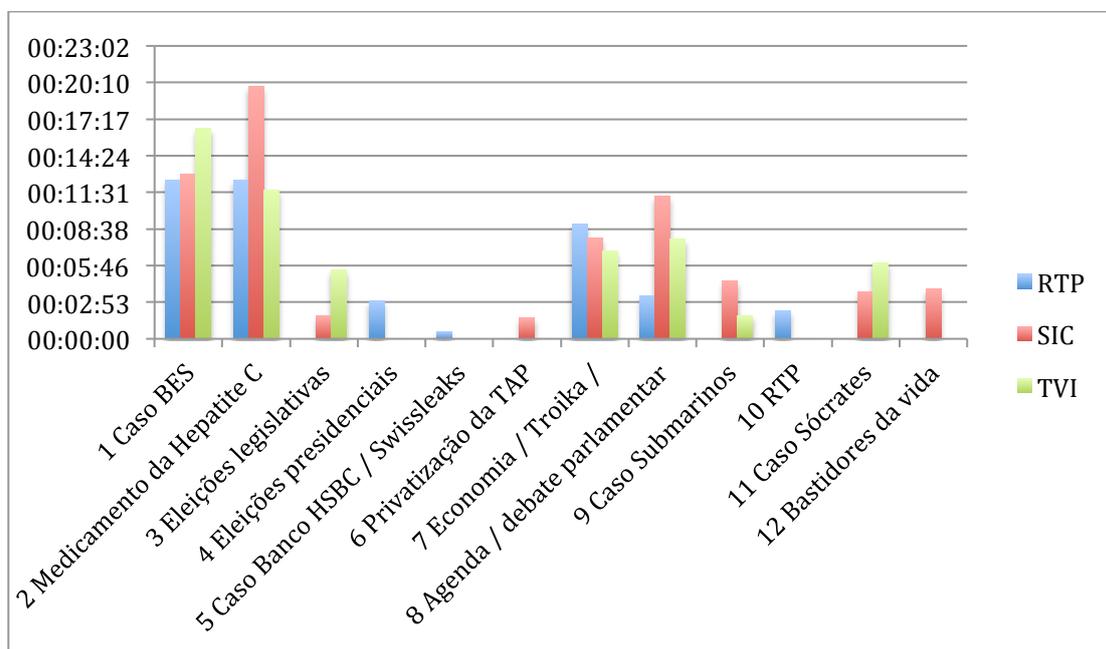
Por último, e com apenas uma peça jornalística na SIC, o tema de “bastidores da vida parlamentar / deputados”. No entanto, esta peça faz parte de uma iniciativa chamada “Parlamento Global”. No site desta iniciativa pode-se ler:

“Parlamento Global é um projecto que juntou, pela primeira vez, dois dos maiores grupos de Comunicação Social do país apostados em desenvolver e aprofundar os novos desafios que o fascinante mundo do digital e do multimédia oferece. O projecto nasceu na SIC, em Julho de 2007, mas a feliz conjugação de vontades do grupo Impresa e do grupo Rádio Renascença permitiu avançar logo para uma parceria que

levou ao lançamento de um portal, com identidade própria, no dia 25 de Abril de 2008. A data escolhida – as comemorações da Revolução dos Cravos – foi a homenagem justa a uma instituição tantas vezes mal amada, e que, por isso mesmo, exige um novo olhar não esquecendo nunca que quanto mais soubermos, melhor decidimos. A SIC, Expresso e Rádio Renascença têm uma longa tradição de cobertura parlamentar que quiseram aprofundar através do Parlamento Global. Para isso, criaram uma redacção multimédia, autónoma, que funciona, em permanência, na Assembleia da República. O Parlamento Global quer abrir as portas da Assembleia da República ao país desafiando deputados e cidadãos a dialogarem mais. Para isso criou uma ferramenta - o blogue Minuto a Minuto - que foi o primeiro fórum de democracia interactiva no país. A nossa responsabilidade é estimular esse diálogo e criar uma nova relação com a realidade que está fora do Parlamento e longe de Lisboa. O projecto tem tido uma ambição - transformar-se num autêntico portal da cidadania através de parcerias com instituições de prestígio e com universidades que abraçaram com entusiasmo as potencialidades que oferece o multimédia. As parcerias permitem promover a cidadania em todas as suas vertentes e para todas as idades, incluindo, pela primeira vez, num sítio de informação nacional, conteúdos infantis e juvenis sobre as instituições democráticas do país. O projecto é, eminentemente, de serviço público! A sua vocação é produzir conteúdos que interessem aos cidadãos e que despertem a sua consciência cívica. Parte da Assembleia da República mas quer chegar mais longe e mais fundo. Contamos consigo!”

Através da peça da SIC, intitulada “Os políticos e a gravata”, pode-se conhecer a perspectiva de alguns deputados sobre o uso da gravata e o seu poder simbólico, tal como o excerto acima diz, na Assembleia da República sob “um novo olhar”. No entanto, existe um tom mais leve que pode ser comprovado através da música escolhida, das imagens do hemiciclo aceleradas, dando uma ideia de movimento e trabalho. As entrevistas aos deputados são feitas dentro do palácio de São Bento, em lugares como a Assembleia da República em si, mas com as cadeiras vazias, o que permite explorar o sentido de que é um lugar onde há trabalho e movimento, mas também fica vazio, existem bastidores. Para além desta localização, os jornalistas aproveitaram a biblioteca do Parlamento e o bar, onde se pode observar deputados a fazerem um intervalo da actividade parlamentar. Para além desta reportagem especial, e no período de análise, outras três peças da SIC foram responsabilidade da iniciativa “Parlamento Global”.

Figura 1 – Distribuição de temas por extensão da cobertura mediática, por canal (em horas:minutos:segundos).



De acordo com o número de peças e a sua distribuição por temas, comprova-se, logicamente, que os temas com uma distribuição transversal nos três canais são os que detêm mais tempo de análise. Pode-se observar, por exemplo, o “caso BES”, o “medicamento para a hepatite C”, o “crescimento económico / austeridade” e a “agenda / debate parlamentar” são os que detêm mais tempo de duração. Por outro lado, e seguindo a mesma lógica, as peças jornalísticas sobre as “eleições legislativas”, as “eleições presidenciais”, o “caso do Banco HSBC / Swissleaks”, a “privatização da TAP”, o “caso dos submarinos”, a “nova administração da RTP”, o “caso Sócrates” e os “bastidores da vida parlamentar” são os temas que detêm menos peso temporal na cobertura da actividade parlamentar nos três canais generalistas, durante o período analisado. É importante notar como a TVI se destaca na cobertura da comissão de inquérito do BES, das eleições legislativas e do caso Sócrates. Por sua vez, a SIC destaca-se na cobertura dos eventos sobre as negociações para o medicamento contra a hepatite C, na privatização da TAP, na cobertura da agenda do debate parlamentar, no caso dos submarinos e nos bastidores da vida parlamentar. A RTP destaca-se em temas como as eleições presidenciais, o escândalo das Swissleaks, o crescimento económico e a nova administração da RTP.

Figura 2 – Nível de mediação da RTP, comparando a extensão de fala dos jornalistas com a dos intervenientes (em percentagem, %).

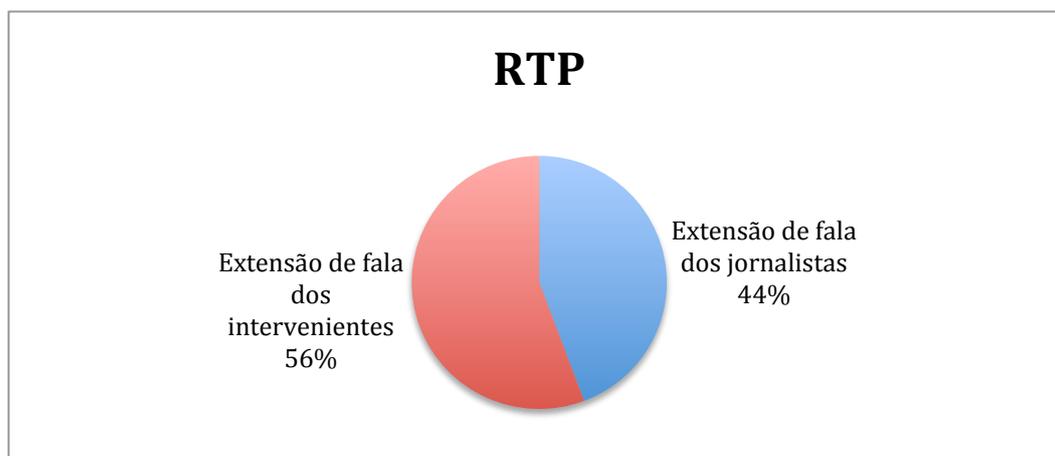


Figura 3 – Nível de mediação da SIC, comparando a extensão de fala dos jornalistas com a dos intervenientes (em percentagem, %).

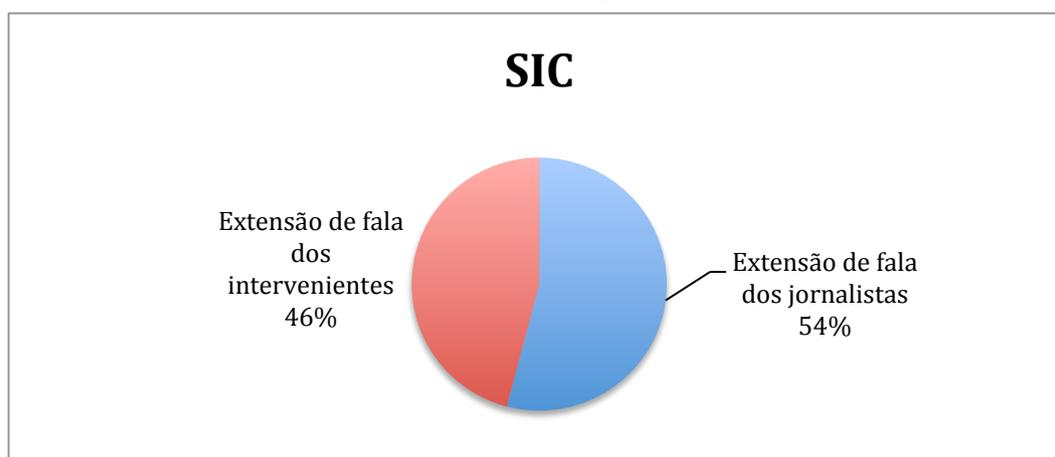
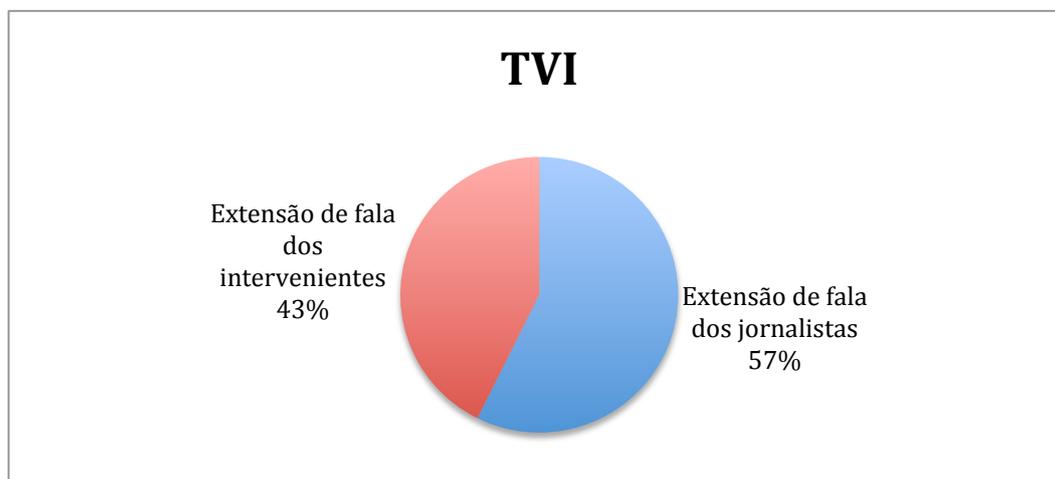
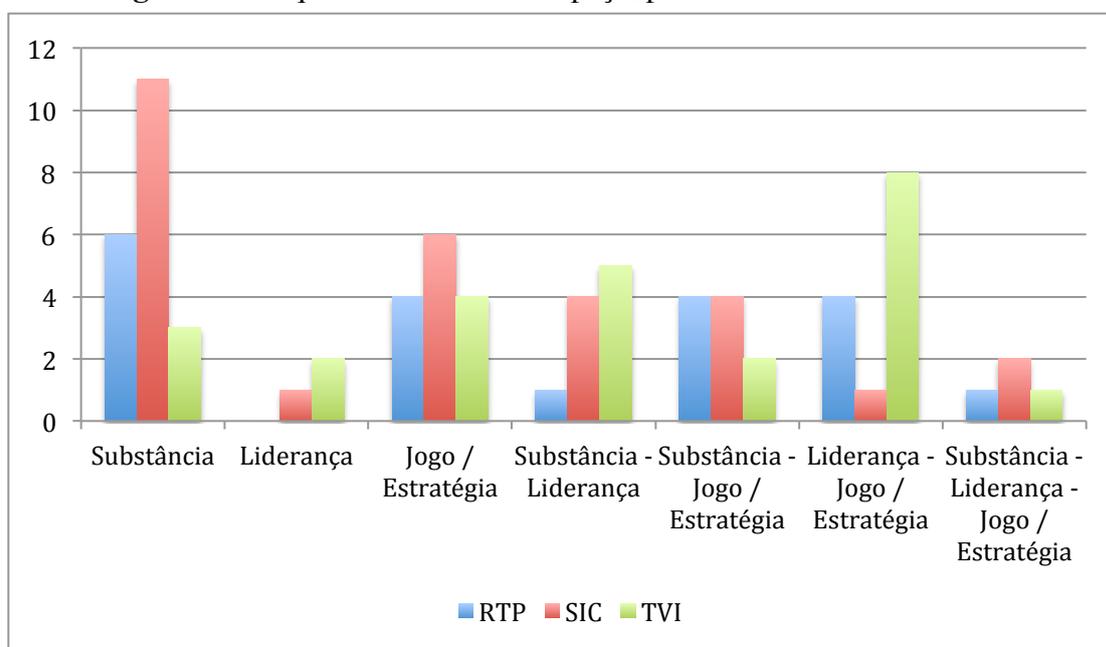


Figura 4 – Nível de mediação da TVI, comparando a extensão de fala dos jornalistas com a dos intervenientes (em percentagem, %).



Através do tempo total da cobertura da actividade parlamentar, pode-se observar, como foi referido, que a SIC apresenta o resultado com mais peso. No entanto, é possível observar o nível de mediação de cada canal ao comparar a extensão de fala dos jornalistas com a extensão de fala dos outros intervenientes das peças. Assim, a RTP destaca-se dos três canais por dar mais voz aos intervenientes (56%) e, conseqüentemente, menos voz ao jornalista (44%). O oposto verifica-se na SIC, onde os jornalistas dominam ligeiramente acima do equilíbrio (54%) contra os intervenientes (46%). A TVI destaca-se por ser, dos três canais, aquele com mais predominância da extensão da voz dos jornalistas (57%) contra a voz dos intervenientes (43%).

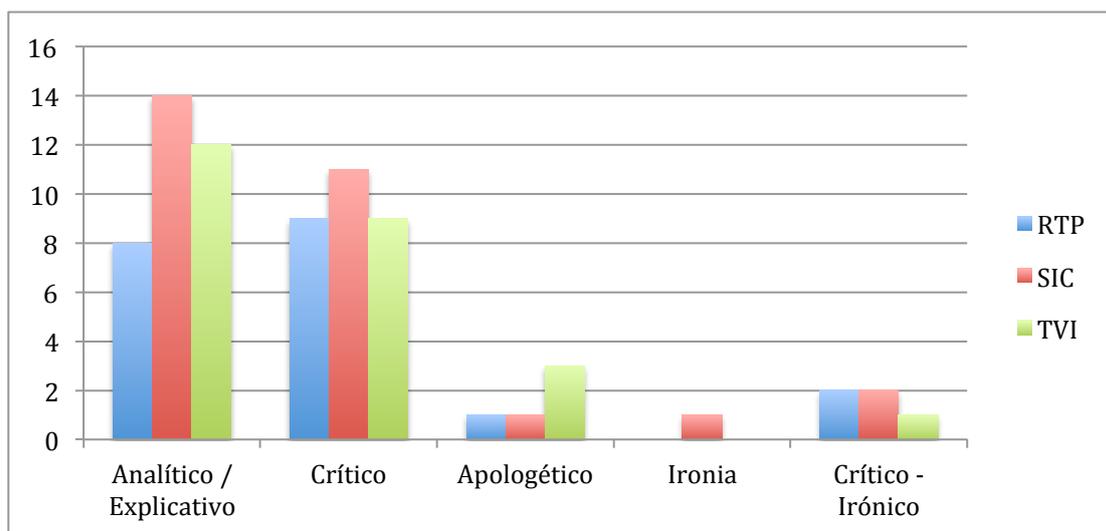
Figura 5 – Enquadramento de cada peça, por canal.



Em relação à variável do enquadramento dado às peças, pode-se notar um claro destaque da SIC, seguida da RTP, nas peças que se focam no assunto da notícia. É de notar que esta dominância de um enquadramento na substância, tanto na SIC como na RTP, observa-se predominantemente nos casos de notícias sobre o BES ou o medicamento contra a hepatite C. A SIC tem ainda uma forte presença de enquadramento noticioso focado nas estratégias entre grupos parlamentares. A TVI domina em enquadramentos que focam as características de liderança de membros parlamentares e a estratégia entre grupos parlamentares. Este enquadramento utilizado pela TVI encontra-se nas notícias do BES e

do medicamento contra a hepatite C mas, também, transversalmente nos outros temas. É de notar que o grosso das notícias distribui-se por enquadramentos que relacionam mais do que um só foco, por exemplo “substância – liderança”, “substância – jogo / estratégia”, “liderança – jogo / estratégia”, ou ainda “substância – liderança – jogo / estratégia”.

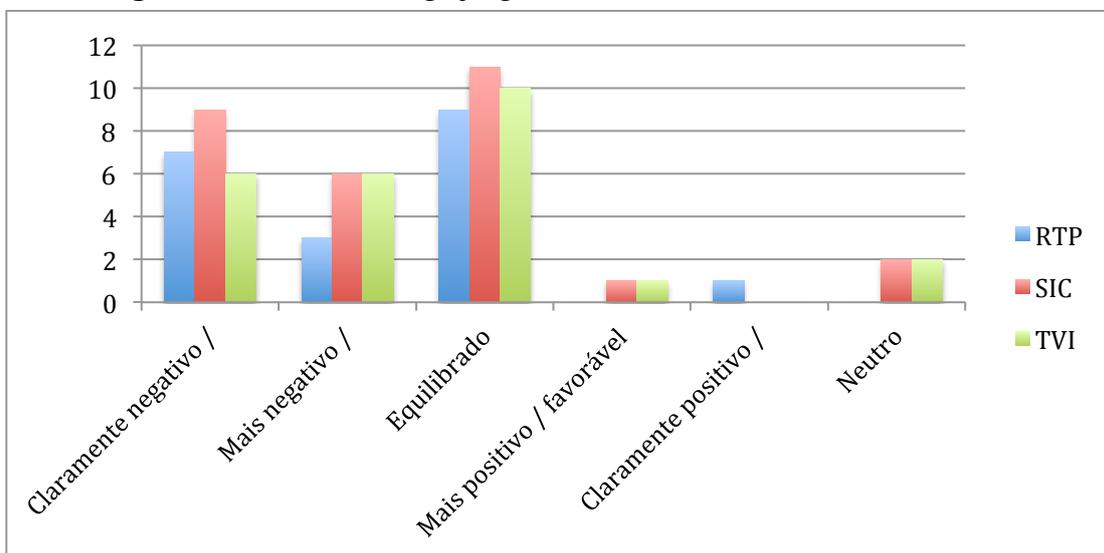
Figura 6 – Estilo de cada peça, por canal.



A distribuição dos resultados da variável de estilo demonstra resultados proporcionais entre os três canais, de acordo com a extensão de toda a cobertura da análise. A SIC, tendo sido o canal com mais tempo e número de peças durante o período de análise, resulta no canal com mais peças de estilo explicativo, bem como crítico. A TVI seguiu-a, em termos de tempo de peças recolhidas e número, portanto encontra-se proporcionalmente seguindo a posição da SIC. A estação de Queluz destaca-se em peças de estilo apologético, sendo na maioria, na defesa do crescimento económico e na ajuda de Portugal à Grécia, com foco em argumentos como tendo sido o país que maior percentagem do PIB deu à Grécia, antes da existência de um fundo monetário internacional. A RTP, apesar de ser o canal com menos peças de estilo explicativo, foi também o canal com menos peças recolhidas. A estação pública empata com a TVI em peças de estilo crítico, nomeadamente sobre o BES e as negociações com a farmacêutica sobre o medicamento contra a hepatite C. A RTP, no entanto, divide a atenção crítica para o tema do crescimento económico. Este canal empata com a SIC em peças de estilo apologético, em defesa da nova administração da RTP, através de uma reportagem focada

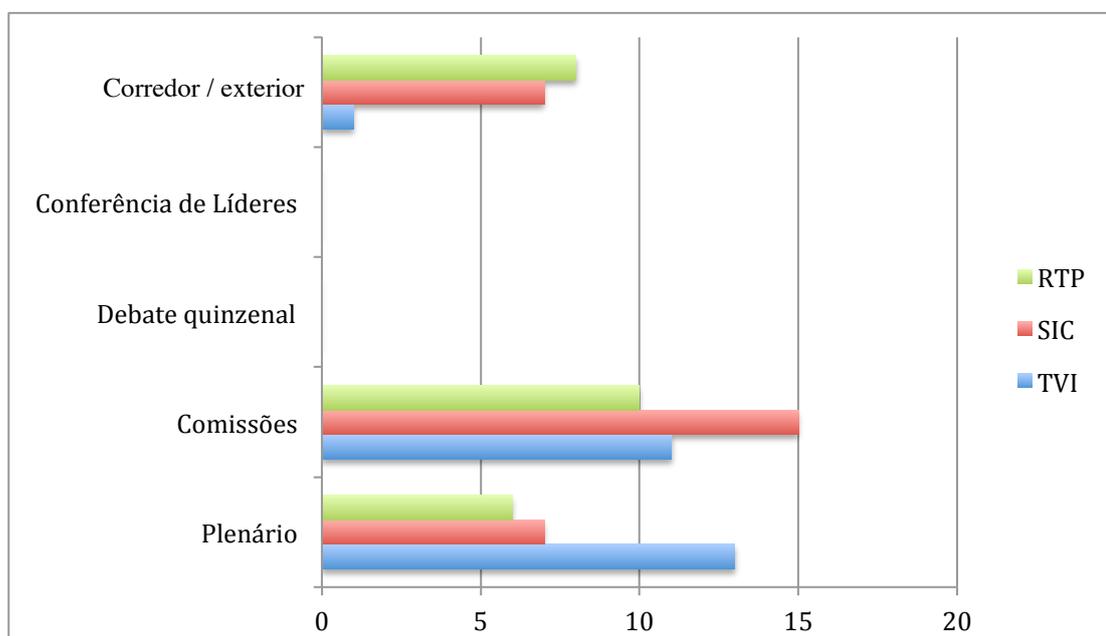
nas perspectivas do futuro, inovador e diferenciador (no caso da cobertura da RTP), e no caso da SIC, em defesa de Stock da Cunha, no caso BES, através de uma reportagem onde se sublinha que o novo administrador do grupo está a fazer de tudo por recuperar e compensar os lesados do BES. Estas duas estações empatam, ainda, no estilo crítico – irónico. No caso da RTP, este estilo é marcado, por exemplo, em peças sobre as negociações do medicamento da hepatite C, nas quais o foco prende-se ao facto de a resolução das negociações ter acontecido um dia depois de um doente ter interrompido os trabalhos da comissão parlamentar da saúde pedindo ao ministro Paulo Macedo que não morresse, e depois de uma morte de uma doente que esperava receber o medicamento. Ainda através da RTP, surge uma peça sobre as eleições presidenciais, com a possível candidatura de Santana Lopes. O tom crítico e irónico está presente nesta peça quando a RTP afirma que Santana Lopes, que estava disposto a debater na primavera a sua eventual candidatura, adia a sua decisão para depois das eleições legislativas (4 de Outubro), uma vez que Marcelo Rebelo de Sousa defende o mesmo. O jornalista repete, várias vezes, que Santana Lopes afinal muda de posição, ou volta atrás, num tom que indica a facilidade de mudança de posições do ex-Primeiro Ministro. A SIC, por seu lado, torna o tom crítico e irónico muito explícito ao transmitir uma peça sobre a nomeação de membros dos partidos da coligação para cargos de centros distritais da Segurança Social, mostrando imagens de arquivo do actual ministro da solidariedade, emprego e segurança social. Estas imagens mostram-no a acusar o então Governo PS de apenas nomear pessoas do mesmo partido, o que, no momento da peça, se torna contraditório com a sua actual posição e medidas implementadas pelo seu ministério.

Figura 7 – Tom de cada peça, por canal.



A variável tom revela, através da análise, uma distribuição tendencialmente negativa. Sendo que o tom equilibrado mereceu destaque nos três canais, sendo o tom dominante, as restantes peças distribuem-se maioritariamente para o espectro negativo. Algumas das peças que penderam para o espectro positivo coincidem com o tom apologético, o que significa que a peça da RTP sobre a sua nova administração e a peça da TVI sobre a ajuda portuguesa à Grécia pendem para esse lado. Ainda, note-se, mesmo fora do espectro negativo, as peças tendem mais para um tom neutro do que para um tom positivo.

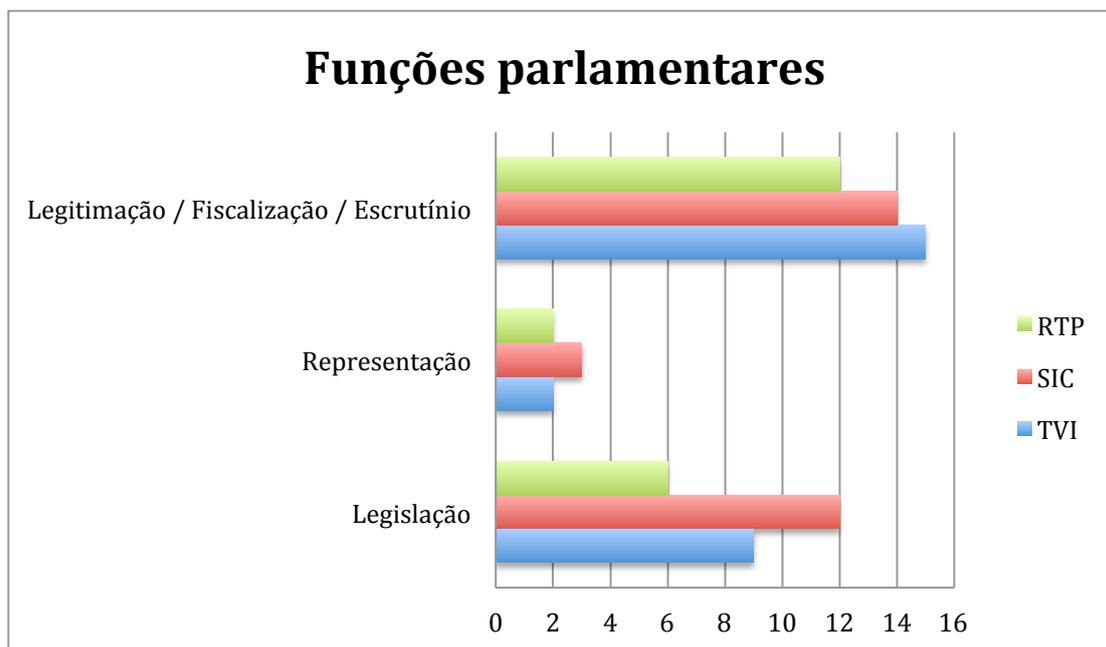
Figura 8 – Imagens da Assembleia da República utilizadas, por canal.



Em relação aos espaços mais utilizados e respectivas imagens na cobertura da actividade parlamentar, pode-se observar que as comissões, o plenário e o corredor / exterior da Assembleia da República são as imagens mais utilizadas. No período analisado, não se veicularam imagens da conferência de líderes nem do debate quinzenal. Uma vez que os temas com maior presença na análise são o BES e o medicamento contra a hepatite C, e o valor-notícia que transporta estes temas para os telejornais do *prime-time* se prende com acontecimentos que ocorreram dentro de comissões, esse espaço torna-se privilegiado no que toca a imagens veiculadas. Para o caso BES, constituiu-se uma comissão de inquérito para a qual foram prestar esclarecimentos algumas figuras ligadas ao caso. Qualquer notícia que envolvesse o Banco Espírito Santo era, portanto, ilustrada com

imagens da respectiva comissão de inquérito. Também em relação ao tema do medicamento contra a hepatite C, este surge nos noticiários dia 04 de Fevereiro de 2015 devido à manifestação de um doente durante a comissão de saúde, na qual estava presente o ministro Paulo Macedo. As consequentes notícias que acompanharam o caso durante o período de análise reportaram sempre para os momentos da comissão em que o doente proclama o seu desespero, como gatilho dos desenvolvimentos que se seguiram. O trabalho em plenário é utilizado para ilustrar a generalidade dos temas, não havendo um padrão de distribuição pela cobertura analisada. No entanto, a TVI destaca-se na utilização destas imagens. As imagens de corredor / exterior são utilizadas, regra geral, para veicular comunicações dos deputados directamente à imprensa. Aliás, o corredor está preparado fisicamente para esse efeito, tendo um microfone e um lugar para a imprensa se colocar equitativamente.

Figura 9 – Funções da Assembleia da República presentes em cada peça, por canal.



Como consequência da forte presença dos temas referidos no parágrafo anterior, as funções veiculadas podem ser explicadas de acordo. O caso BES teve uma forte presença noticiosa através dos desenvolvimentos na comissão de inquérito respectiva.

Discussão dos resultados

Tal como no estudo de Holtz-Bacha e Norris (2010), seria de esperar que a RTP se destacasse, dado o seu ideal de isenção e serviço público. Tendo em vista a análise realizada, o destaque, na verdade, é da SIC. Este resultado, em parte, deve-se à iniciativa do Parlamento Global. Como se pode ler no site da iniciativa, transcrito no capítulo anterior, a iniciativa pretende aprofundar a tradição de cobertura parlamentar, já traçada pela SIC, Expresso e Rádio Renascença. Estes grupos uniram-se para criar “uma redacção multimédia, autónoma, que funciona, em permanência, na Assembleia da República”. Este projecto visa o maior diálogo entre deputados e cidadãos, através de uma “instituição tantas vezes mal amada”, que “exige um novo olhar não esquecendo nunca que quanto mais soubermos, melhor decidimos”. Esta missão de democracia interactiva que caracteriza o portal mostra-se diferenciadora quando comparando a cobertura noticiosa da actividade parlamentar nos três canais generalistas. A reportagem sobre os deputados e o uso de gravata, presente nesta análise, mostra ser exactamente uma porta para os bastidores da política e da vida parlamentar, dentro da Assembleia da República. A peça consegue cumprir um ideal de aproximar a política dos cidadãos, com entrevistas mais informais dos deputados, sem cair nas posições vincadas que rodeiam o tema do uso de gravata pelos deputados do Parlamento grego. Este ideal é cumprido, sem pender para características de entretenimento.

Estes dados permitem-nos confrontar a primeira hipótese do nosso trabalho, de que a presença da actividade parlamentar nos media é baixa. Entre os três canais, a SIC destaca-se por apresentar a maior quantidade de peças de cobertura parlamentar, 29, bem como de duração, com 1 hora e 7 minutos. Assim, a SIC não corrobora a primeira hipótese, em relação à RTP e à TVI. Entre estas duas últimas estações referidas, pode-se observar que a TVI apresenta 25 peças de cobertura parlamentar, enquanto que a RTP apresenta 20. Através destes dados poder-se-ia afirmar que a RTP confirma a primeira hipótese elaborada, de que a presença da actividade parlamentar nos media é baixa. No entanto, a variável de “extensão” permite observar a duração da cobertura de cada canal. Apesar de a SIC continuar a destacar-se como o canal com maior cobertura, a RTP, apesar de ser o canal com menos peças, não é o canal com menor tempo dedicado ao tema da cobertura

parlamentar. Assim, esta variável explica que a TVI confirma a primeira hipótese formulada, de que a presença da actividade parlamentar nos media é baixa.

Os temas com maior cobertura, como o caso do Banco Espírito Santo e do medicamento da hepatite C, permitem algumas leituras. A primeira é de que o caso BES tem um papel na consolidação da competência de legitimação da Assembleia da República. O facto de se ter constituído uma comissão de inquérito, com uma presença forte na comunicação social, incluindo testemunhos de actores chave no processo, contribuiu e contribui para um novo olhar sobre a instituição parlamentar. Este caso abriu uma porta para uma competência da Assembleia da República sem muita presença nos media, a de legitimação, fiscalização e escrutínio. Uma vez que uma comissão de inquérito faz parte das funções de legitimação, fiscalização e escrutínio da Assembleia da República, essa função viu-se reforçada perante a audiência com a presença desse tema na cobertura noticiosa. Da mesma forma, a comissão da saúde, na qual um doente com hepatite C interrompeu os trabalhos pedindo para não morrer e, conseqüentemente, com forte repercussão nos telejornais do *prime-time*, serviu de catalisador para a presença da função legislativa. Uma vez que a comissão de saúde é uma comissão de trabalho ministerial, faz parte do processo legislativo descrito anteriormente. A função de representação teve uma presença tímida, proporcional à presença do tema das eleições legislativas com imagens da Assembleia da República. A cobertura mediática do caso do medicamento da hepatite C permite uma leitura distinta que, mesmo assim, corrobora o argumento anterior. A interrupção dos trabalhos da comissão por um doente com hepatite C pedindo que lhe salvassem a vida foi explorado pelos três canais de uma forma sensacionalista. O grito do doente foi o catalisador para uma série de peças, nomeadamente, do mesmo doente fora da comissão explicando a sua história. Na mesma comissão, encontrava-se um rapaz, filho de uma doente com hepatite C que teria morrido na semana anterior àquele momento. Mais uma vez, e com o catalisador do grito do doente, a situação foi explorada ao máximo pelas televisões, de forma a apelar ao lado mais pessoal da situação, como se de uma telenovela se tratasse. A TVI destaca-se neste tipo de tratamento do acontecimento noticiado, e é exemplo disso uma peça de 5 minutos que a estação transmitiu a 14 de Fevereiro. A peça em questão dá a conhecer histórias pessoais de investidores em papel comercial do BES, mas envolve estas histórias em músicas de piano lento, e longas imagens dos entrevistados a tremerem a voz, à beira do choro. O conteúdo informativo revela-se escasso, no entanto

atribuem-se nomes e rostos, com histórias de desespero, do ponto de vista de vítimas contra os inquiridos na comissão do BES. A certo ponto da peça, ouve-se mesmo um dos lesados dizer “sou capaz de cometer uma loucura”, o que cumpre o ideal de histórias de interesse humano que apelam ao público (Norris, 2004). Estas marcas apontam para a nova definição de notícia, anunciada por Underwood, que aponta para a cobertura de acontecimentos com significado pessoal para a audiência (2003).

Esta cobertura mediática da TVI, com traços de entretenimento, pode-se observar ainda em peças relativas às transcrições de conversas telefónicas no caso dos submarinos, nas quais se dá destaque à troca acesa de acusações entre Isabel Moreira e Ana Gomes. A atenção da TVI em temas que envolvam troca de acusações é clara quando se observa a cobertura de outros temas, como os próprios debates parlamentares ou as declarações da ministra da justiça sobre o PS e o caso Sócrates. Existe, portanto, uma tendência para a cobertura de acusações, revelando mais uma vez o olhar para o sensacionalismo. Esta tendência já tinha sido anunciada por Estrela Serrano (2005), ao revelar que a ditadura de audiências coloca uma pressão sobre as decisões tomadas na grelha de programação, e até no peso dado à informação e ao entretenimento. Pode-se perceber esta tendência através dos resultados das imagens mais utilizadas por canal, destacando-se as imagens em plenário no caso da TVI. Ora, o ponto de partida desta investigação incluía a observação de que o plenário, apesar de ser a imagem de marca da Assembleia da República, não se caracteriza como o local onde se efectua o grosso do trabalho, tal como Cristina Leston-Bandeira explica (2012). É, sim, um lugar de discussão sobre legislação e de fiscalização do Governo. Assim, a tendência da TVI para privilegiar estas imagens reside no facto de esta estação utilizar ferramentas sensacionalistas na sua cobertura noticiosa. Este ponto torna-se mais claro se observarmos que privilegia enquadramentos focados nas características de liderança de elementos do Parlamento, ou características de estratégia e jogo entre os grupos parlamentares. Estes resultados demonstram que a TVI utiliza uma cobertura sensacionalista das notícias, transversal a todos os temas.

Através destes dados, pode-se observar que a segunda hipótese formulada não se confirma em pleno. Tínhamos a expectativa de a cobertura da actividade parlamentar nos media tivesse características de entretenimento nos canais comerciais (SIC e TVI) e mais sérias no canal público (RTP). No entanto, através das variáveis de “nível de mediação”, “enquadramento”, “estilo”, “tom” e “tema/agenda”, percebe-se que as características de

substância verificam-se na RTP, mas também no canal privado SIC. Em primeiro lugar, através do nível de mediação, a RTP dá mais voz aos intervenientes, diminuindo a presença do discurso do jornalista. Nesta variável, a TVI demonstra a tendência para uma maior relevância ao discurso do jornalista em detrimento da dos políticos, ao atribuir 57% da duração total da cobertura à actividade parlamentar à voz dos jornalistas. Através da variável de “enquadramento”, no entanto, a SIC destaca-se pelas características de uma cobertura mais assente na substância, ao mesmo tempo que a TVI reforça a sua cobertura com características de entretenimento. A variável de “estilo” reforça a posição da SIC, como canal de cobertura mais assente na substância, uma vez que a SIC se destaca pela maior percentagem de peças com estilo analítico / explicativo. Apesar disto, a SIC também veicula uma cobertura de estilo crítico. No entanto, através desta variável, a RTP demonstra uma competição com a TVI por uma cobertura com características de entretenimento, argumento que encontra suporte quando se observa os resultados de ambos os canais no estilo crítico, apologético ou crítico-irónico. A variável de “tom” apresenta resultados tendencialmente negativos, e equilibrados entre os três canais. Apesar da SIC se destacar, os resultados são proporcionais. Esta variável não permite distinguir o tipo de cobertura entre os três canais.

A RTP e a SIC, por outro lado, apresentam resultados que as distingue em enquadramentos focados na substância dos próprios assuntos. Estes resultados comprovam o diagnóstico de Bernstein em 1992, de que os profissionais do jornalismo se teriam sucumbido às pressões económicas da profissão. A rapidez que caracteriza o jornalismo actual faz com que os jornalistas sintam uma exigência por competir por essa rapidez, sob o perigo de perderem ou ficarem para trás. O resultado é um fluxo de notícias sem uma investigação profunda. Ainda assim, estes resultados vão ao encontro dos argumentos de Estrela Serrano (2005) e Susana Salgado (2005), que defendem que as características da televisão exigem uma cobertura que privilegie a lógica do imediatismo, uma vez que não permite uma paragem para reflexão, como pode ser feito ao ler um jornal, por exemplo.

Por outro lado, a velocidade do quotidiano da sociedade contemporânea convoca os indivíduos ao entretenimento, como forma de evasão de um ritmo desgastante (Carpini & Williams, 2003; Underwood, 2003). Assim, o fluxo de informação da RTP e da TVI transporta marcas de um estilo crítico, e por vezes irónico, que vão além dos ideais de objectividade e isenção do jornalismo. Esta observação pode ser feita nos temas mais

frequentes, no caso do BES através de repetidas peças que focam-se num guião de defesa dos lesados contra os administradores, que eram chamados a prestar contas na comissão de inquérito, como se de um banco de réus se tratasse. Da mesma forma, nas peças sobre o medicamento da hepatite C, o guião comum era de defesa dos doentes e familiares, contra o ministro, os hospitais e a farmacêutica. Contrastante com esta cobertura, mostra-se a SIC perante declarações de Stock da Cunha, actual administrador do Novo Banco, na comissão de inquérito. A peça em questão caracteriza-se por um estilo apologético, com várias declarações de Stock da Cunha em defesa dos lesados e de que tudo está a fazer ao seu alcance para concertar a situação, que não foi criada por ele. Assim, o jornalismo apresenta características de um herói que observa a realidade sob um olhar protector, que luta contra as injustiças e defende os mais fracos, ou como Patterson (1996) caracteriza, como um analista que interpreta a realidade de um lugar de poder e destaque.

Ao comparar a extensão dos excertos de fala dos jornalistas com a fala de outros intervenientes das peças noticiosas, fossem políticos ou interessados no tema, pode-se tentar compreender o peso que cada estação dá à informação. Os resultados revelam um padrão esperado, sendo que a RTP revela menos peso na voz aos jornalistas, enquanto que a SIC e TVI têm maior presença da voz dos jornalistas. No entanto, a TVI destaca-se claramente. Esta observação cruza-se com a investigação de Holtz-Bacha e Norris, confirmando uma diferença na cobertura noticiosa entre canais públicos e privados (2010). Através da análise realizada, é possível inferir que, conforme Patterson afirma, a cobertura jornalística actual alimenta a insatisfação dos cidadãos devido ao estilo negativo (1996).

É possível confirmar que a terceira hipótese encontra projecção nos resultados obtidos. A baixa presença da actividade parlamentar nos media co-habita com uma cobertura mediática negativa. Esta hipótese tem eco se cruzarmos a tendência verificada nos três canais para um tom e estilo negativo/crítico, bem como a baixa presença da cobertura parlamentar. Assim, as hipóteses formuladas encontram suporte nesta análise. Em primeiro lugar, relativamente à extensão da cobertura noticiosa da actividade parlamentar, se excluirmos os temas mais quentes do período (caso BES e do medicamento contra a hepatite C), a cobertura da actividade regular do Parlamento é baixa. No entanto, estes casos de ruptura com essa rotina são amplificados na cobertura noticiosa, encontrando um caminho de apelo ao lado humano e pessoal do novo conceito de notícia. A diferença entre os canais também é marcante, no entanto, não se revela uma

diferenciação por parte da RTP como seria de esperar, tendo em vista os estudos recentes sobre a cobertura noticiosa de canais públicos e privados (Aalberg & Curran, 2012). No entanto, também Estrela Serrano (2005) esperava o mesmo por parte da RTP, e as suas expectativas viram-se infirmadas pela sua investigação. O canal que acaba por se destacar é a SIC, em parte devido à iniciativa do Parlamento Global. Esta ferramenta cumpre o ideal de serviço público com mais rigor do que a própria estação pública, aproximando os bastidores do Parlamento dos cidadãos, mas também aproximando os trabalhos parlamentares da audiência do jornal televisivo.

A presença do trabalho em comissões tem vindo a tornar-se cada vez mais habitual nas notícias. No período de análise, pode-se observar tanto a comissão de inquérito como a comissão parlamentar de trabalho com forte presença nos noticiários. Assim, vêm-se legitimadas as funções parlamentares junto dos cidadãos, pelo menos por parte dos media. De acordo com a Teoria do Ciclo Virtuoso de Pippa Norris (2004), a relação dos cidadãos com a política vê-se reforçada junto da elite que possui conhecimento e confiança política. Por parte da população que contribui para os níveis de desconfiança política, e tal como a mesma teoria explica, não se pode esperar que os media tenham força suficiente para os demover da sua posição. Sendo o mais provável que desliguem, dada a ineficácia da mensagem política mediada através da experiência reportada da televisão. Por parte da instituição política, ainda existe espaço para se melhorar sua relação com os media. Aquando a interrupção da comissão de trabalho de saúde, um deputado pediu mesmo que se fechasse a porta da comissão, para se evitar o que aconteceu. É possível que ainda haja uma forte vontade por parte dos membros parlamentares em deixar a imprensa no quadrado que tem para si reservado, no corredor à saída do hemiciclo. É curioso que o mesmo espaço se denomine por sala dos passos perdidos, uma vez que era o local onde os membro do povo aguardavam o dia inteiro por poderem falar com os deputados, muitas vezes sem o conseguirem. Ainda observamos uma forte presença das imagens do plenário, veiculando a ideia de que o trabalho parlamentar se realiza, maioritariamente, nesse local.

Conclusão

Desde os anos 90 do século XX que a desconfiança política tem vindo a ganhar cada vez mais eco nos estudos académicos sobre a confiança dos cidadãos nas instituições políticas. A relevância de se compreender estas causas deve-se também ao facto de a confiança e o conhecimento serem elementos importantes na tomada de decisões em consciência. Assim, este estudo insere-se nesta perspectiva da responsabilidade da comunicação social para a democracia participativa.

Ao longo da parte I desta Dissertação traçou-se um percurso histórico da Assembleia da República portuguesa, que tornou possível a melhor compreensão da instituição na actualidade. O Parlamento português só começou a desenvolver-se a partir de Abril de 1974 e apenas nos anos mais recentes é que a Assembleia da República começou a dirigir a sua atenção para a competência de fiscalização da instituição, e para a relação com o cidadão. Tal como a caracteriza o Parlamento Global, uma instituição mal amada. O estudo das competências da Assembleia, bem como os processos que a constituem, revelou-se um bem valioso na análise das peças noticiosas.

A observação teórica dos estudos do jornalismo permitiu contextualizar os padrões da profissão, nomeadamente em Portugal. A tendência crescente de utilização de técnicas de marketing perante a ditadura das audiências transformou a definição de notícia, e o próprio exercício do jornalismo, num processo de notícia como produto comercial e audiência como consumidor. A análise revela como a cobertura mediática desviou a sua atenção para um público que quer mimar e agradar, através de notícias que o jornalismo considera serem do agrado da sua audiência. Por outro lado, Patterson (1996) já anunciava como a cobertura noticiosa da política se tinha tornado negativa,. Esta nova mediatização contribui para afastar aqueles que pouco se sentem comprometidos com o poder actual, e manter afastados aqueles que já se afastaram. A Teoria do Ciclo Virtuoso assegura, no entanto, que ainda existe uma elite que possui conhecimento sobre política e que legitima

esse conhecimento através do consumo de notícias, o que resulta em maiores taxas de confiança política.

Conclui-se esta investigação com a certeza de que decisões em consciência são decisões bem informadas. Mas o desafio reside no contexto informacional actual, composto por múltiplos canais que proporcionam fontes de informação capazes de competir entre si pela atenção da audiência. A Assembleia da República já possui um site oficial, que permite um contacto mais frequente e próximo com os cidadãos, bem como um canal de televisão que transmite todos os trabalhos parlamentares e cede as suas imagens aos canais de televisão. Possui, ainda, ferramentas de participação cívica no processo democrático, promovendo fóruns de debate com os próprios grupos parlamentares. No entanto, ainda é pouco utilizado, tendo registado picos de sucesso de participação apenas quando foi lançado e, portanto, anunciado nas notícias.

Através desta Dissertação, percorreu-se um caminho com vista a responder à pergunta inicial, de como é feita a cobertura jornalística do Parlamento nos noticiários televisivos? Transversalmente aos três canais generalistas, e cada um com as suas especificidades, verificou-se uma tendência para a informação sensacionalista, ou seja, para o *infotainment*. A cobertura da actividade parlamentar procura o foco de discórdia como o ponto fulcral de informação em si. Mas a presença da comissão de inquérito do BES veio trazer um novo olhar à instituição política, que aproximou os deputados das questões dos cidadãos, e aproximou ainda empresários que se tornaram figuras de um poder, geralmente, intocável. Ainda, é de reforçar o papel da SIC para a legitimação do papel da Assembleia da República, muito devido à iniciativa do Parlamento Global. Seria interessante compreender melhor esta iniciativa, e o seu projecto de divulgação através da internet. Actualmente, a Assembleia da República permitiu reduzir a aparente barreira que protege os poderosos, numa época em que o povo português se sente fragilizado e diminuído pelos poderes económicos que regem a sociedade. Talvez, um dia, se consiga construir uma sociedade de confiança mútua, factor imprescindível para um maior envolvimento democrático e que vai implicar também uma revisão da forma como o jornalismo faz a cobertura da actividade política em geral e da Assembleia da República em particular.

Bibliografia

(coord.), R. F. (2012). *Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Aalberg, T., & Curran, J. (2012). *How Media Inform Democracy: A Comparative Approach*. Nova Iorque: Routledge.

Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Belchior, A. M. (2008). Party Political Representation in Portugal. *South European Society and Politics* , 13 (4), 457-476.

Belchior, A. M., & Freire, A. (2013). Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case. *International Political Science Review* , 34 (3), 273-288.

Belchior, A. M., Tsatsanis, E., & Teixeira, C. P. (2015). Representation in times of crisis: deputy-voter congruence on views of representation in Portugal. *International Political Science Review* , 1-17.

Belchior, D. (2007). *Jornalismo institucional nas TVs legislativas Os casos do Brasil e do México*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Bernstein, C. (1992). The Idiot Culture. *The New Republic* , 22-28.

Blumer, J. G., & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication* . Londres: Routledge .

Canotilho, J. J., & Moreira, V. M. (1993). *Constituição da República Portuguesa: anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.

Carpini, M. X., & Williams, B. A. (2003). Let Us Infotain You: Politics in the New Media Environment. In W. L. Bennett, & R. Entman, *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy* (pp. 161-200). Nova Iorque: Cambridge University Press.

- Carpini, M., & Williams, B. (2001). Let Us Infotain You: Politics in the New Media Age. In W. L. Bennett, & R. M. Entman, *Mediated Politics: Communication in the future of democracy* (pp. 160-181). New York: Cambridge University Press.
- Correia, J. C. (2010). Governos e Media: O Triunfo da Mediatização Política e a Autonomia do Jornalismo. *Media & Jornalismo* , 9 (2), 145-155.
- Dahl, R. (1971). *Poliarchy, Participation and Opposition*. London: Yale University Press.
- Downs, A. (1973). *Teoria Económica de la Democracia*. Madrid: Aguillar.
- Duverger, M. (1964). *Introdução à Política*. (M. Delgado, Trad.) Lisboa: Editorial Estúdios Cor, Lda.
- Duverger, M. (1985). *Os Grandes Sistemas Políticos* (Vol. 1). Coimbra: Livraria Almedina.
- Duverger, M. (1962). *Os Regimes Políticos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Duverger, M. (1983). *Sociologia da Política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ekström, M., & Johansson, B. (2008). Talk Scandals. *Media, Culture & Society* , 30 (1), 61-79.
- Fanton, N. (2010). New Media, Journalism and Democracy: Figments of a Neo- Liberal Imagination?., *Media & Jornalismo* , 17 (9/2), 41-52.
- Fernandes, J. M. (2011). *Liberdade e Informação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fernandes, J. (2015). *O Parlamento Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Figueiras, R. (2008). *O Comentário Político e a Política do Comentário*. Paulus.
- Filho, P. A. (2009). *A imagem pública do Congresso: Uma análise político-midiática*. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Gonçalves, R. M. (2010). *O superhomem pendura o paletó na repartição: a gênese do jornalista legislativo*. Brasília: Tese de Mestrado, Universidade de Brasília.

Griffith, J., & Leston-Bandeira, C. (2012). How Are Parliaments Using New Media to Engage with Citizens? *18* (December), 496-513.

Hardin, R. (1996). *Democracy and Trust*. (M. E. Warren, Ed.) Georgetown: Cambridge University Press.

Holtz-Bacha, C., & Norris, P. (2010). "To Entertain, Inform, and Educate": Still the Role of Public Television. *Political Communication*, *18* (2), 123-140.

Jaber, A. M. (2006). *Acesso à Informação e o Interesse Popular Pela Política. Estudo Sobre a Influência Das Transmissões Da TV Senado Sobre o Interesse De Estudantes Na Política Nacional*. Brasília: Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciências da Documentação e Informação.

Leston-Bandeira, C. (2000). A Assembleia da República de 1976 a 1999: da legislação à legitimação. *Análise Social*, *XXXV* (154-155), 175-205.

Leston-Bandeira, C. (2002). *Da Legislação à Legitimação: O Papel do Parlamento Português*. Lisboa: ICS.

Leston-Bandeira, C. (2009). Dissent in a Party-Based Parliament: The Portuguese Case. *Party Politics*, *15* (6), 695-731.

Leston-Bandeira, C. (2013). How deeply are parliaments engaging on social media. *Information Polity*, *18*, 281-297.

Leston-Bandeira, C. (2003). O parlamento e a opinião pública em Portugal: argumentos para reforma. *Análise Social*, *XXXVIII* (167), 467-482.

Leston-Bandeira, C. (2009). Parliamentary Functions Portrayed on European Parliaments' Websites. *Rev. Sociol. Polít*, *17* (34), 13-27.

Leston-Bandeira, C. (2012). Studying the Relationship between Parliament and Citizens. *The Journal of Legislative Studies*, *18* (December), 265-274.

- Leston-Bandeira, C., & Freire, A. (2003). Internalising the lessons of stable democracy: The Portuguese parliament. *The Journal of Legislative Studies* , 9 (2), 56-84.
- Leston-Bandeira, C., & Tibúrcio, T. (2012). Developing Links Despite the Parties - Parliament and Citizens in Portugal. *The Journal of Legislative Studies* , 18 (3-4), 384-402.
- Lipset, S. M. (1967). *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Louw, E. (2005). *The Media and Political Process*. Londres: SAGE.
- Magalhães, P. C. (2003). A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política . *Análise Social* , XXXVIII (167), 443-465.
- Magalhães, P., & Faria, S. (2003). Legitimidade, confiança institucional e descontentamento democrático em Portugal . *Portugal a Votos I – Eleições Legislativas de 2002* (pp. 1-25). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mesquita, M. (2004). *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Miranda, J. (1978). *A Constituição de 1976 : Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais*. Lisboa: Livraria Petrony.
- Miranda, J. (1987). *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Moisés, J. Á. (2005). A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública* , XI, no 1 , 33-63 .
- Negrine, R. (1999). Parliaments and the Media: A Changing Relationship. *European Journal of Communication* , 325-352.
- Norris, P. (2004). *Virtuous Circle: The Impact of Political Communications in Post-Industrial Democracies*. Cambridge: Harvard University.
- Oxford Internet Institute. (2008). *Parliaments in the Digital Age* . Oxford: Forum Discussion Report 13 .

Patterson, T. E. (1996). Bad News, Bad Governance . *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* , 97-107.

Patterson, T. E. (1996). Bad News, Bad Governance. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* , 97-108.

Paulo, M. T., & Leston-Bandeira, C. (2011). *O Impacto da Europeização no Parlamento*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa.

Rousseau, J.-J. (1972). *Du Contrat Social*. Oxford: Clarendon Press.

Sá, L. (1994). *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*. Lisboa: Editorial Caminho.

Salgado, S. (2005). A comunicação do poder ou o poder da comunicação. *Media & Jornalismo* , 7, 79-94.

Santo, P. E. (2011). *Sociologia Política eleitoral – Modelos e explicações de voto* . Lisboa: ISCSP.

Santo, P. E., Correia, J. C., & Ferreira, G. B. (2010). *Conceitos Essenciais de Comunicação Política* . Covilhã: UBI.

Santos, M. P. (1986). *Monarquia Constitucional : Organização E Relações Do Poder Governamental Com A Câmara Dos Deputados : 1834-1910* . Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições.

Santos, R. (2006). Congressos partidários – o modo como os jornais os tratam . *Comunicação & Cultura* , 2, 35-62 .

Schudson, M. (2002). The News Media a Political Institutions. *Annual Review of Political Science* , 5, 249-269.

Schudson, M. (2005). *The Virtues of an Unlovable Press*. Malden, MA, USA: Louisiana State University Press.

Schumpeter, J. A. (1970). *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: George Allen and Uniw.

Serrano, E. (2005). A campanha eleitoral de 2001 na televisão revisitada: análise comparada do serviço público e dos canais privados. *Media & Jornalismo* , 7, 59-78.

Serrano, E. (2006). A Dimensão Política do Jornalismo. *Comunicação & Cultura* , 2, 66-81.

Sousa, A. d. (1990). O Parlamento Medieval Português - Perspectivas Novas. *Revista da Faculdade de Letras* , pp. 47-58.

Street, J. (2005). Politics Lost, Politics Transformed, Politics Colonised? Theories of the Impact of Mass Media . *Political Studies Review* , 3, 17-33.

Teixeira, C., Tsatsanis, E., & Belchior, A. (2014). A 'necessary evil' even during hard times? Public support for political parties in Portugal before and after the bailout (2008 and 2012). *Party Politics* , 1-13.

Tisseron, S. (2005). A informação na televisão: dominar imaginariamente o mundo e convencer simbolicamente do seu poder. *Media & Jornalismo* , 7, 125-136.

Underwood, D. (2003). Reporting and the Push for Market-Oriented Journalism: Media Organizations as Businesses. In W. L. Bennett, & R. M. Entman, *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy* (pp. 99-116). Nova Iorque: Cambridge University Press.

Vargas, A., & Valente, P. (2008). *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República.

Webb, P. (2005). Political Parties and Democracy: The Ambiguous Crisis. *Democratization* , 12 (5), 633-650.

Webgrafia

Arquivo histórico do Parlamento:

<http://debates.Parlamento.pt/?pid=mc>

(consultado entre Novembro de 2014 e Junho de 2015)

Parlamento Global:

<http://Parlamentoglobal.sapo.pt>

(consultado a 10 de Junho de 2015)

Anexos

Figura 10 – Nível de extensão de fala dos jornalistas e intervenientes, nas peças de cada canal, em horas:minutos:segundos

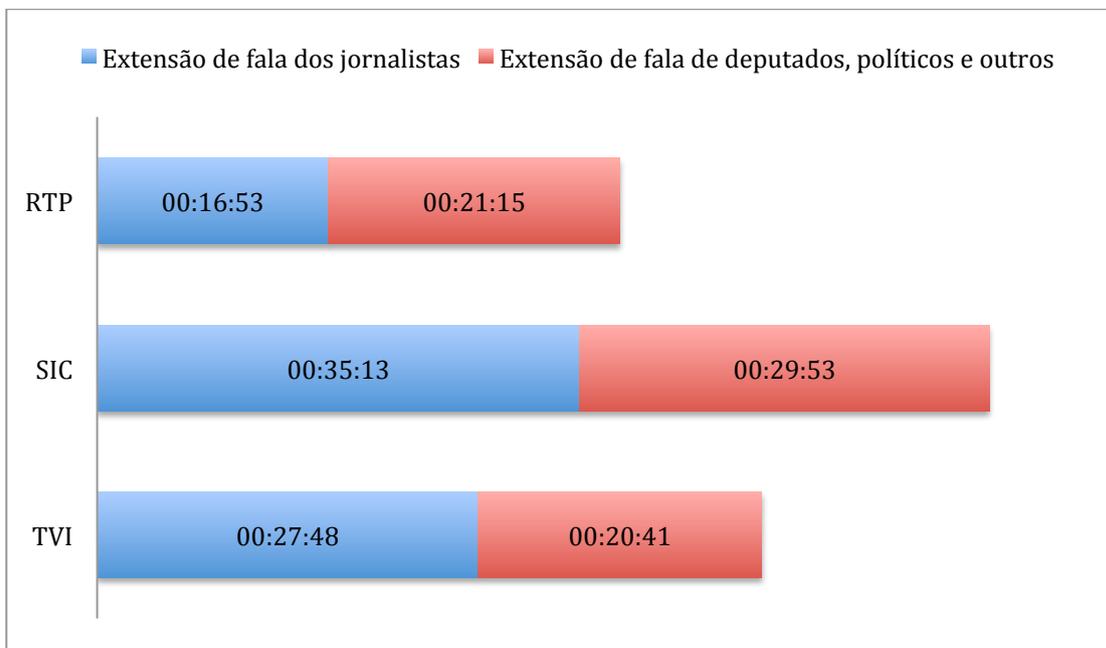


Figura 11 – Quadro de variáveis, correspondência numérica e indicadores

Variáveis		
Canal	Extensão	Nível de mediação
RTP 1 SIC TVI	Duração média das peças (comparar a atenção conferida pelos canais aos temas abordados)	Duração dos segmentos de fala dos políticos Relação entre fala dos políticos e fala dos jornalistas
	Estrela Serrano 2005	Estrela Serrano 2005
Estilo	Tom	Imagem da Assembleia da República
1 Analítico-Interpretativo / Explicativo 2 Crítico 3 Apologético 4 Ironia 5 Crítico / Irónico	1 Claramente negativo / Desfavorável 2 Mais negativo / Desfavorável que positivo / favorável 3 Equilibrado 4 Mais positivo / favorável do que negativo / desfavorável 5 Claramente positivo / Favorável 6 Neutro	1 Plenário 2 Comissões 3 Debate quinzenal 4 Conferência de Líderes 5 Corredor / imprensa / Exterior da Assembleia
	Estrela Serrano 2005	
Tema / Agenda	Enquadramento	
1 BES 2 Hepatite 3 Eleições legislativas 4 Eleições presidenciais 5 Caso Banco HSBC / Swissleaks 6 TAP 7 Crescimento económico / Troika / Crise 8 Agenda debate parlamentar 9 Submarinos 10 RTP 11 Caso Sócrates 12 Bastidores da vida parlamentar / deputados	1 Substância 2 Liderança 3 Jogo / Estratégia 4 Substância-Liderança 5 Substância - Jogo / Estratégia 6 Liderança - Jogo / Estratégia 7 Substância - Liderança - Jogo / Estratégia	
	Estrela Serrano 2005	
Função Parlamentar		
1 Legislação Iniciativa legislativa; Proposta de lei; Projecto de lei; Intenção de voto; Debate na especialidade; Audição; Separata do Diário da República; Votação; Decreto-lei; Lei; Comissão; Promulgação; Veto	2 Representação Eleições legislativas; campanha;	3 Legitimação / Fiscalização / Escrutínio Plenário; Debate quinzenal; Perguntas por escrito; Requerimentos; Interpeleções; Propostas de comissões de inquérito; Debates especiais / Urgência; Petições; Programa do Governo;
Leston-Bandeira, 2009		

Figura 12 – Grelha de Análise das peças da RTP.

Dia (2015)	Peça	Canal	Extensão	Jornalista	Nível de mediação	Tema / Agenda	Enquadramento	Estilo	Tom	Imagem da Assembleia da República	Função parlamentar
01/Fev	Comissão de Inquérito BES	RTP	02:12,9	01:12,0	Outros	1	7	1	2	5	3
04/Fev	Ministro da Saúde confrontado por doente com hepa	RTP	03:46,8	01:59,9	01:46,9	2	1	2	1	2	1
04/Fev	Procriação medicamente assistida	RTP	00:38,9	00:38,9	00:00,0	8	3	1	3	1	1
04/Fev	Comissão de Inquérito BES	RTP	02:52,0	01:23,8	01:28,2	1	5	2	1	2	3
04/Fev	Primeiro-Ministro responde por escrito a inquérito BES	RTP	00:39,5	00:39,5	00:00,0	1	1	1	3	2	3
04/Fev	Santana muda de opinião	RTP	02:57,7	01:25,3	01:32,4	4	6	5	1	1	2
04/Fev	Nova administração RTP	RTP	02:11,2	01:07,4	01:03,8	10	6	3	5	2	1
05/Fev	Debate parlamentar sobre medicamento da Hepatite	RTP	02:51,4	01:57,9	00:53,5	2	1	1	3	1; 2	1
05/Fev	Previsão de crescimento económico.	RTP	02:01,2	00:52,6	01:08,6	7	1	1	3	1; 5	3
06/Fev	Acordo alcançado com farmacêutica. Estado compart	RTP	03:01,6	01:23,3	01:38,3	2	5	2	3	2	1
06/Fev	António Costa e oposição comentam acordo com farm	RTP	02:50,9	01:09,4	01:41,5	2	3	5	2	5	3
06/Fev	Hemiciclo estuda alteração a lei de acesso dos magist	RTP	02:42,1	01:01,0	01:41,1	8	3	2	2	1; 5	1
10/Fev	Lesados reúnem-se com Stock da Cunha	RTP	02:23,1	01:25,6	00:57,5	1	1	1	3	2	3
10/Fev	Novo Banco já recuperou quatro mil milhões de euro	RTP	02:09,0	00:59,7	01:09,3	1	1	2	3	2	3
10/Fev	Ex-presidente do BESA diz que encontrou situação difi	RTP	02:13,7	01:28,3	00:45,4	1	4	2	1	2	3
11/Fev	Partidos comentam declarações de Cavaco Silva, defe	RTP	01:20,4	00:09,2	01:11,2	7	6	2	1	5	3
12/Fev	Personalidades públicas escrevem carta a Passos Coel	RTP	02:16,6	01:03,6	01:13,0	7	6	2	1	1; 5	3
12/Fev	António Costa afirma que não se pode isolar a Grécia	RTP	01:24,7	00:48,1	00:36,6	7	3	2	1	5	2
12/Fev	PCP pede comissão de inquérito sobre Swissleaks do	RTP	00:34,5	00:34,5	00:00,0	5	5	1	3	2	3
13/Fev	PIB cresceu em 2014, grupos parlamentares comenta	RTP	01:58,7	00:32,2	01:26,5	7	5	1	3	5	3
			00:43:07	16:53,0	21:14,8						

Figura 13 – Grelha de Análise das peças da SIC.

Dia (2015)	Peça	Canal	Extensão	Nível de mediação	Tema / Agenda	Enquadramento	Estilo	Tom	Imagem da Assembleia da República	Função parlamentar
01/Fev	Passos recusa "convite" do PS para ir à comissão de li SIC		00:02:11	00:54,7	1	4	2	1	2	3
04/Fev	Dezenas de Doentes com hepatite C em protesto junt SIC		00:02:27	00:46,9	2	1	2	1	5	1
04/Fev	"Não me deixe morrer, eu quero viver", diz doente cc SIC		00:02:37	00:44,5	2	1	2	1	2	2
04/Fev	Antigo administrador do BES reprimido por falta de SIC		00:02:11	00:37,4	1	1	2	1	2	3
04/Fev	Filho de doente que morreu à espera de fármaco con SIC		00:04:19	02:05,9	2	5	2	1	2	1
04/Fev	Caso da mulher que morreu com Hepatite C pode av SIC		00:03:37	01:57,2	2	5	2	1	2	1
05/Fev	Medicamento podia ter sido dado à doente vítima de SIC		00:03:30	01:48,1	2	4	2	1	2	1
06/Fev	Ministra da Justiça teme que um governo PS ponha e SIC		00:01:59	00:41,4	11	3	1	3	1	1
06/Fev	Governo só paga medicamento para hepatite C se do SIC		00:03:22	01:33,7	2	1	2	2	2	1
06/Fev	Stock da Cunha admite que tem sido difícil encontrar SIC		00:01:23	00:44,4	1	1	1	3	2	3
07/Fev	Expresso teve acesso à transcrição de escutas a Paulo SIC		00:01:41	01:20,3	9	4	1	4	2	3
07/Fev	OS políticos e a gravata		00:03:56	01:24,8	12	7	1	6	1	2
08/Fev	PM diz que venda legal de drogas leves não está nos SIC		00:02:34	01:01,3	8	4	1	3	5	1
09/Fev	Liberalização de drogas leves vai voltar a ser debatida SIC		00:03:02	01:27,1	8	3	1	3	1	1
09/Fev	Catorze dirigentes nomeados para os centros distritai SIC		00:02:23	02:05,9	8	3	5	2	2	1
10/Fev	Stock da Cunha garante que está à procura de soluçã SIC		00:01:51	00:52,7	1	1	3	3	2	3
10/Fev	Escutas mal transcritas no caso dos submarinos geran SIC		00:02:52	02:26,7	9	3	4	2	1	3
11/Fev	Movimento Revolução Branca admitido como assiste SIC		00:01:45	00:50,8	11	2	2	1	1	1
11/Fev	ADC diz não ter receio de recurso face à multa à Galp SIC		00:01:06	00:37,6	8	1	1	6	2	1
11/Fev	Grupo que defendeu a renegociação da dívida envia c SIC		00:02:39	01:59,5	7	7	2	2	1	3
11/Fev	Oposição considera Cavaco Silva o "porta-voz do Gov SIC		00:01:45	00:26,5	7	6	2	1	5	3
11/Fev	Propostas para compra da TAP têm de ser entregues SIC		00:01:38	01:09,8	6	1	1	3	5	3
12/Fev	GES fazia pagamentos extra através de sociedade mis SIC		00:01:49	01:49,0	1	1	1	2	2	3
13/Fev	Poiares Maduro admite que Portugal "é dos países m SIC		00:02:08	00:32,4	8	3	1	3	1	1
13/Fev	PCP propõe "ofensiva diplomática" para renegociar d SIC		00:01:13	00:31,8	7	3	1	3	5	3
13/Fev	Vários investidores do antigo BES avançam com procc SIC		00:01:37	01:20,3	1	1	1	3	2	3
13/Fev	Economia portuguesa cresceu 0,9% em 2014 SIC		00:02:19	01:12,7	7	5	5	2	5	3
13/Fev	Bloco e partidos sem assento no Parlamento são os q SIC		00:01:48	01:48,0	3	5	1	3	5	2
14/Fev	BdP diz que Novo Banco não vai compensar os cliente SIC		00:01:57	01:16,5	1	1	1	3	2	3
			1:07:39	35:13,2						
				29:52,9						

Figura 14 – Grelha de Análise das peças da TVI.

Dia (2015)	Peça	Canal	Extensão	Journalista	Nível de mediação	Tema / Enquadramento	Estilo	Tom	Imagem da Assembleia da República	Função parlamentar
					Outros	Agenda				
01/Fev	Passos admite alterações à lei da nacionalidade	TVI	00:01:49	00:58,6	00:49,7	1	4	2	2	3
03/Fev	Sócrates contesta prisão preventiva	TVI	00:01:47	01:46,8	00:00,0	11	2	1	5	2
03/Fev	Ricardo Salgado volta a escrever aos deputados	TVI	00:01:48	01:48,0	00:00,0	1	4	2	2	3
04/Fev	Moreira Rato respondeu aos deputados	TVI	00:01:48	00:46,0	01:00,9	1	2	2	2	3
04/Fev	BES: Maioria PSD/CDS-PP trava depoimento de Cavac	TVI	00:02:13	01:04,6	01:08,2	1	6	3	2	3
04/Fev	Hepatitis C: doentes manifestam-se na Assembleia	TVI	00:01:57	00:43,3	01:12,8	2	5	2	2	1
05/Fev	Hepatitis C: 85 milhões bastam para tratar doentes	TVI	00:02:26	01:18,3	01:07,3	2	6	2	2	1
05/Fev	PSD acusa partidos de esquerda de estarem «ao lado»	TVI	00:01:43	00:20,9	01:19,6	2	3	3	1	1
06/Fev	Hepatitis C: doentes ganham «esperança de viver»	TVI	00:03:28	01:00,3	01:07,3	2	4	2	2	1
06/Fev	Ministra teme separação de poderes com Governo PS	TVI	00:02:24	01:06,5	01:17,6	11	3	2	1	1
06/Fev	Papel comércio GES: BQP garantiu aos clientes que pr	TVI	00:01:40	01:19,6	00:20,5	1	1	3	2	3
07/Fev	Hepatitis C: medicamento deverá ficar abaixo dos 25	TVI	00:02:10	01:47,9	00:22,6	2	5	2	2	1
07/Fev	«Penso que é intolerável quem quer que seja condici	TVI	00:01:46	00:44,8	01:01,0	11, 3	3	1	1	1
10/Fev	Reembolso de clientes: Stock da Cunha contradiz Ban	TVI	00:02:12	01:04,8	01:06,5	1	1	3	2	3
11/Fev	A longa lista de transportes entregues a privados	TVI	00:02:03	00:37,1	01:25,9	8	6	3	1	3
11/Fev	«Eu não serei candidato [a Belém]»	TVI	00:01:46	00:45,2	01:00,5	3; 7	6	1	1	3
11/Fev	Ana Gomes e Isabel Moreira em "guerra aberta"	TVI	00:01:49	01:49,0	00:00,0	9	3	5	1	3
12/Fev	O apelo a Passos Coelho sobre a Grécia	TVI	00:01:46	00:52,6	00:52,7	7	6	3	1	3
12/Fev	«Passos Coelho tem uma promessa cumprida: a pobr	TVI	00:02:09	00:41,3	01:29,3	8	6	1	1	3
13/Fev	Economia portuguesa fecha 2014 a crescer 0,9%	TVI	00:01:05	01:05,0	00:00,0	7	4	1	1	3
13/Fev	PIB: «Resultados são mediocres e são festejados com	TVI	00:01:02	00:20,0	00:40,6	7	7	1	1	3
13/Fev	Maioria quer avançar já com o enriquecimento injusti	TVI	00:01:47	01:02,5	00:43,3	8	6	1	1	1
13/Fev	Autarquias passam a mandar mais na Educação e Saú	TVI	00:01:52	00:39,5	01:27,7	8; 3	6	3	1	1 e 2
13/Fev	Ajuda à Grécia: Portugal foi generoso?	TVI	00:01:17	01:17,0	00:00,0	7	4	4	1	3
14/Fev	BES: clientes vivem situações dramáticas por terem d	TVI	00:05:02	02:48,6	02:14,7	1	1	2	2	3
			0:50:49	27:48,2	20:40,5					

